



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

BRUNNA KAROLLINE MATOS DE MENEZES

**POPULAÇÕES INUNDADAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA A PARTIR
DAS MARGENS**

JUAZEIRO/BA

2025

BRUNNA KAROLLINE MATOS DE MENEZES

**POPULAÇÕES INUNDADAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA A PARTIR DAS
MARGENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Monica Aparecida Tomé Pereira
Coorientadora: Cristiane Moraes Marinho

JUAZEIRO/BA
2025

M543p	Menezes, Brunna Karolline Matos de Populações inundadas: Uma proposta metodológica a partir das Margens / Brunna Karolline Matos de Menezes. – Juazeiro-BA, 2025. xiv, 83 f.: il. 29 cm. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro, 2025. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Monica Aparecida Tomé Pereira 1. Barragens e açudes. 2. Planejamento territorial. 3. Morfologia urbana. 4. Prática de arquitetura e urbanismo 5. Remoção de comunidade. 6. Extensão rural. Título. II. Pereira, Monica Aparecida Tomé. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco. CDD 627.83
-------	--

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGE_{ExR}

FOLHA DE APROVAÇÃO

Brunna Karolline Matos de Menezes

**POPULAÇÕES INUNDADAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA A
PARTIR DAS MARGENS**

Aprovado(a) em: 25 de Abril de 2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MONICA APARECIDA TOMÉ PEREIRA**
BAMA-25/04/2025 11:00:02 -0300
Verifique em <https://validar.fpf.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Monica Aparecida Tomé Pereira – PPGE_{ExR}/Univasf

Documento assinado digitalmente
 **ADALTON JOSE MARQUES**
BAMA-25/04/2025 12:54:01 -0300
Verifique em <https://validar.fpf.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Adalton Jose Marques – PoCAm/Univasf

Documento assinado digitalmente
 **JOANA DA SILVA BARROS**
BAMA-25/04/2025 12:44:44 -0300
Verifique em <https://validar.fpf.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Joana da Silva Barros - UNIFESP

AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos saudando aos que vieram antes. Benção aos meus avós Marinava e Solon, Vandete e Antônio, pelo brincar na roça e os muitos banhos nos rios do sertão que me inundaram, me fizeram e me refazem a cada dia.

À minha mãe, por me dar sempre o amor mais bonito que já vi e por estar sempre junto apesar dos desafios das distâncias geográficas. Ao meu pai por sonhar junto tantas vezes. Às minhas irmãs, sempre tão presentes e carinhosas e aos amados Açucena e Antônio que crescem junto com essa escrita.

Agradeço à tia Izabel por ser casa e ao tio Iuri, a quem dedico esta dissertação, por ter me ensinado tanto. Te amo, tio! “Quem me dera” um pouco mais de tempo...

Meus sinceros agradecimentos à minha companheira de luta, amor e calma, Lari, por caminhar junto por esses caminhos da vida. Ao meu amigo-sócio-irmão Maicon e a Aretha, Davi e Ana Paula, pela amizade, atenção e carinho. Às minhas mães Conceição e Carla Paty, por me cuidarem e guiarem no asé, a bença.

Agradeço à minha orientadora Monica, tão querida, amiga e parceira, por me receber tantas vezes, por ouvir atenta às minhas ideias e por outras vezes também oferecer escuta para minhas dúvidas e inquietações com tanto afeto. Não tenho como mensurar o quão importante foi o seu aceite e o quanto as trocas foram importantes na realização desse sonho.

Gratidão às queridas Thaís e Gaia, pelo encontro durante a graduação que continua reverberando e inspirando. Agradeço também, ao encontro de vida e pesquisa com o Sergio, que me apresentou as populações e pessoas “transpostas como rio”. Um viva aos povos e as gentes desses territórios que nos inundaram e tornaram possível esta escrita!

Para tio luri
sua presença, amor, luta e continuidade

RESUMO

O estudo estrutura-se na análise da Assessoria Técnica durante a execução do PBA-8 do PISF, tendo como contexto os processos de reassentamento no Brasil. O objetivo central da pesquisa foi propor uma proposta metodológica aplicável à Assessoria Técnica e Extensão Rural, com ênfase em ações de Arquitetura e Urbanismo em contextos pós-reassentamentos forçados. Para isso, foram analisadas as duas primeiras fases do PBA-8, correspondentes a distintas gestões: a gestão militar e a gestão por contratação de empresa privada. Na primeira fase, o estudo concentrou-se na análise documental dos arranjos gerais das Vilas Produtivas Rurais (VPR) do PISF, utilizando uma abordagem morfológica comparativa em relação a outros projetos urbanísticos de reassentamentos rurais de referência. Essa etapa buscou evidenciar as continuidades morfológicas e políticas do PBA-8 em relação às práticas tradicionais de construção e transformação do território em grandes projetos. Já na segunda fase, empregou-se a estatística aplicada e a análise textual dos Planos de Atuação de Assessoria, com o intuito de identificar a homogeneidade dos planos elaborados para as vilas, bem como a centralidade do tema "produção agropecuária" em detrimento de questões relacionadas à participação comunitária. A partir das reflexões críticas decorrentes dessas duas fases, iniciou-se a construção de uma proposição metodológica. Essa proposta busca distanciar-se da ideia de mitigação nos processos de assessoria pós-reassentamento, propondo um deslocamento da prática convencional da Arquitetura e Urbanismo para valorizar os saberes populares na formulação de alternativas de planejamento coletivo, por meio de uma abordagem que se configura como uma "indisciplina epistemológica". Como resultado direto da pesquisa, foi elaborado o produto técnico "Guia de Ação Popular para Processos de Reinserção Socioproductiva de Populações Pós-Reassentamentos Forçados", que sugere uma reelaboração contínua a partir das experiências e dinâmicas vivenciadas pelas comunidades envolvidas.

Palavras-Chave: remoções forçadas; planejamento territorial; morfologia urbana; prática de Arquitetura e Urbanismo; assessoria técnica; extensão rural.

ABSTRACT

The study is structured around the analysis of Technical Assistance during the implementation of PBA-8 of the PISF, with the context of resettlement processes in Brazil as its backdrop. The central objective of the research was to propose methodological practices applicable to Technical Assistance and Rural Extension, focusing on architecture and urban planning actions in post-forced resettlement contexts. To achieve this, the first two phases of PBA-8, corresponding to different management approaches—military management and management through the hiring of a private company—were analyzed. In the first phase, the study focused on the documentary analysis of the general arrangements of the Productive Rural Villages (VPR) of the PISF, using a comparative morphological approach in relation to other urban planning projects from reference cases of rural resettlements. This stage aimed to highlight the morphological and political continuities of PBA-8 in relation to traditional practices of construction and territorial transformation in large-scale projects. In the second phase, applied statistics and textual analysis of the proposed Technical Assistance Action Plans were employed to identify the homogeneity of the plans developed for the villages, as well as the centrality of the theme "agricultural production" over issues related to community participation. Based on the critical reflections arising from these two phases, the construction of a methodological proposal began. This proposal seeks to move away from the idea of mitigation in post-resettlement assistance processes, suggesting a shift from conventional architecture and urban planning practices to valuing popular knowledge in the formulation of collective planning alternatives, through an approach characterized as "epistemological indiscipline." As a direct result of the research, the technical product "Popular Action Guide for Socio-Productive Reintegration Processes of Populations Post-Forced Resettlement" was developed, which suggests continuous revision based on the experiences and dynamics encountered by the involved communities.

Keywords: forced displacement; territorial planning; urban morphology; Architecture and Urban Planning practice; technical advice; rural extension.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AFC	Análise Fatorial por Correspondência
ALPA	Aliança Política para o Progresso
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATHIS	Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
B.I.M	Building Information Modeling
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAQDAS	Computer Aided Qualitative Data Analysis Software
CCFDS	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
CCFGTS	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CE	Estado do Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGFNHIS	Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CNDU	Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DNOS	Departamento-Nacional de Obras e Saneamento
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação da Casa Popular
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia de tempo de serviço
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FPCA	Frentes Pioneiras de colonização agrícola
GT	Grupo de Discussão
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LERASS	Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales da Universidade de Toulouse
MCMV	Minha Casa Minha Vida

MCMVR	Minha Casa Minha Vida Rural
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
MIDR	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MOC	Módulos de Colonização
NGPS	Núcleo de Gestão de Projetos Sociais
MP	Metodologias Participativas
ONU	Organizações das Nações Unidas
ONU-HABITAT	Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que trabalha para promover cidades mais sustentáveis e sociais
OSM	OpenStreetMap
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Estado da Paraíba
PBA	Programa Básico Ambiental
PBA-8	Programa de Reassentamento de Populações
PDS	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PE	Estado do Pernambuco
PISF	Projeto de Integração do São Francisco
PNH	Política Nacional de Habitação
PREDIR	Linha Temática Projetos de Edificações Rurais
SBN	Soluções Baseadas na Natureza
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TO	Tocantins
UD	Unidade Demonstrativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
VPR	Vila Produtiva Rural
VBBV	Bem Viver/Viver bem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa geral da infraestrutura hídrica do PISF	16
Figura 2 – Linha do tempo de marcos legais e de casos referencias de reassentamentos forçados no Brasil.	29
Figuras 3 e 4 – Diagrama de tipologia dos traçados. Diagrama inspirado em Kostof (1991).	31
Figura 5 – Perspectiva de Angélica.	34
Figura 6 – Imagens da década de 1940 e imagens contemporâneas com resquícios de “aldeia mãe” e agroflorestas Xavantes.	36
Figura 7 – Mapa elaborado pelo INCRA em 1977, demarcando lotes que seriam destinados aos indígenas desterritorializados.	38
Figura 8 – Croqui do traçado urbano de Brasília por Lúcio Costa (Acervo Público do Distrito Federal).	39
Figura 9 – Projeto MOC 1.	41
Figura 10 – Desenho de representação de projeto de Habitação padrão tipo 1 das VPRs do PISF.	43
Figura 11 – Habitação padrão tipo 1 das VPR do PISF.	44
Figura 12 – Habitação padrão tipo 2 das VPR do PISF.	44
Figura 13 – Sobreposição de Arranjo Geral e Ortofoto do entorno - VPR Captação-PE.	48
Figura 14 – Sobreposição de Arranjo Geral - Ortofoto do entorno - VPR Queimada Grande-PE.	49
Figura 15 – Sobreposição de Arranjo Geral - Ortofoto do entorno - VPR Lafayette.	50
Figura 16 – Inserções gráficas realizadas pela autora (2025) em sobre perspectiva da VPR Captação-PE extraída do Google Earth.	51
Figura 17 – Inserções gráficas realizadas pela autora (2025) em sobre perspectiva da VPR Queimada Grande-PE extraída do Google Earth.	52
Figura 18 – Inserções gráficas realizadas pela autora (2025) em sobre perspectiva da VPR Lafayette-PB extraída do Google Earth.	53
Figura 19 – Arranjo Geral - VPR Captação-PE.	54
Figura 20 – Arranjo Geral - VPR Queimada Grande-PE.	55
Figura 21 – Arranjo Geral - VPR Captação-PE.	55
Figura 22 – Dendograma gerado a partir do método CHD da categorização global gerado pelo software Iramuteq.	60
Figura 23 – Dendograma gerado a partir do método CHD da categorização global gerado pelo software Iramuteq.	61
Figura 24 – Inserções gráficas em Dendrograma das classes fornecidas pelo software Iramuteq a partir do método de Classificação Hierárquica Descendente, Juazeiro, Bahia, 2015.	62

Figura 25 – AFC produzida por meio da utilização do software Iramuteq.	64
Figura 26 – Inserções gráficas realizadas em AFC produzida por meio da utilização do software Iramuteq.	65
Figura 27 – Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.	66
Figura 28 – Inserções gráficas realizadas em modelo obtido por meio do método de Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.	68
Figura 29 – Inserções gráficas realizadas em modelo obtido por meio do método de Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.	69
Figura 30 – Inserções gráficas realizadas em modelo obtido por meio do método de Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro-resumo de marcos legais para reassentamentos involuntários e casos referenciais de reassentamento no Brasil.	25
Quadro 2 – Categorias de análises morfológicas.	32
Quadro 3 – Quadro-resumo das empresas contratadas pela gestora ambiental do contrato 23/2009-MI.	43
Quadro 4 – Marco institucional recente para provisão de habitação no Brasil no âmbito federal.	45
Quadro 5 – Marcos institucionais para a assistência e assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo no Brasil.	75
Quadro 6 – Quadro-resumo de pistas fornecidas por sessões anteriores, bem como, respostas para enfrentamento a serem apresentadas pela proposta metodológica.	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PRIMEIRA FASE DO PBA-8: CONTINUIDADES NAS MORFOLOGIAS E NAS POLÍTICAS	23
2.1 FRENTES PIONEIRAS DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA	32
2.2 APAGAMENTO DO POVO XAVANTE	35
2.3 AGROVILAS DO PROJETO ALTAMIRA – INCRA	39
2.4 VILAS PRODUTIVAS RURAIS DO PISF	42
2.4.1 Unidades habitacionais das VPRs do PISF	42
2.4.2 Projetos Urbanísticos das VPRs do PISF	47
3 SEGUNDA FASE DO PBA-8: PDS E A LEGITIMAÇÃO DE DISCURSOS OFICIAIS	56
3.1 ANÁLISE FATORIAL POR CORRESPONDÊNCIA (AFC)	63
3.2 ANÁLISE DE SIMILITUDE	66
4 INUNDAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA	72
4.1 PISTAS E EIXOS ESTRUTURANTES	79
4.2 A QUEM SE DESTINA	83
4.3 PREMISSAS E OBJETIVOS	85
4.4 AÇÕES	86
4.4.1 Reunião de pactuação de etapas do processo de elaboração do Plano	86
4.4.2 Formação dos grupos dos participantes dos grupos de trabalhos	87
4.4.3 Encontros de partilha dos resultados dos grupos de trabalho	89
4.4.4 Elaboração do Plano de ação comunitário	89
4.4.5 Síntese de resultados e contribuições para a tecnologia social	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	92

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação nas escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil é marcado historicamente pela sua concentração em grandes centros urbanos do sul e sudeste do país. Para além da localização em grandes centros, os currículos normalmente têm foco em preparar os egressos para práticas profissionais hegemônicas, geralmente distantes das lutas pela transformação social.

Essa realidade demonstra que a formação no campo de Arquitetura e Urbanismo no Brasil está situada em abordagens que ora são resultado de uma formação colonizadora, ora são instrumento de manutenção dessas estruturas sociais, econômicas e culturais.

Frente a essas formas hegemônicas de formação de arquitetas e urbanistas insurgem novas práticas de atuar – os “tensionamento das amarras entre ensino hegemônico de Arquitetura e Urbanismo” (Carneiro, 2018) – que embora, estejam insurgindo desde a redemocratização, ainda são marginais. São exemplos de experiências insurgências, os laboratórios de habitação nas universidades nos anos 1980 e 1990, iniciativas de grupos de extensão universitária junto a movimentos sociais nos anos 1990, 2000 e 2012 e, ainda, as recentes criações de residências voltadas para práticas de assistência técnica em habitação de interesse social nos anos de 2010 e 2020.

Essas ondas de espraiamento são impulsionadas por movimentos da sociedade, políticas públicas destinadas a habitação de interesse social e por movimentos da luta pelo direito à terra que reverberam nas universidades e impulsionam mudanças contra hegemonias de produção de conhecimento.

A construção desse trabalho inicia, portanto, mesmo antes da sua escrita. O processo inicia com a reverberação das mudanças da forma de produzir conhecimento na Faculdade de Arquitetura da UFBA, com a chegada de docentes mais comprometidos a luta social e o desbranqueamento do corpo discente, mediante as políticas de democratização do ensino, a partir dos anos 2000.

A prática profissional alargada e o (re)encontro com territórios rurais deixa de ser um cruzo improvável para a atuação em Arquitetura e Urbanismo e passa a ser um campo de atuação possível para uma profissional nascida no sertão e forjada em uma universidade com possibilidades de formação em periferias urbanas.

Da experiência com assessoria e assistência técnica junto às populações reassentadas forçadamente no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) fornecem a esse trabalho inquietações sobre a prática profissional que se desdobram em questões de pesquisa.

O PISF com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Figura 1 – é um projeto de infraestrutura hídrica do Governo Federal que capta água no Rio São Francisco aduzindo-a para bacias hidrográficas nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O anúncio do PISF foi realizado no primeiro ano dos governos Lula, em 2003, no bojo de um conjunto de estratégias que prometiam mudanças nas estruturas socioeconômicas brasileiras, a partir de planejamentos que visavam ao desenvolvimento da economia do país.

Figura 4 – Mapa geral da infraestrutura hídrica do PISF



Fonte: divulgação do Ministério da Integração Nacional.

Essa perspectiva de melhora das condições de vida no Brasil por meio de posturas desenvolvimentistas de planejamento econômico e territorial brasileiro

norteiam as políticas de Estado, segundo Francisco de Oliveira (1977), desde a chamada revolução de 1930. Segundo o autor, durante os processos de transição entre a estrutura socioeconômica agrária para a industrial não existiu de fato, no Brasil, uma ruptura.

Em outras palavras, o autor aponta que as estratégias de planejamento territorial brasileira, por meio da atuação da SUDENE, na busca para superar o subdesenvolvimento recria modos de produção e acumulação de capital, enquanto conserva engrenagens sociais antigas e insere o Brasil na lógica de divisão do trabalho. O autor, acrescenta à análise do “enigma nordeste” uma abordagem que analisa historicamente as relações entre política-economia ou Estado-mercado.

A partir dessa construção, podemos entender a importância de observar rupturas ou continuidades em novos projetos propostos pelo Estado, a fim de analisar a instrumentalização desses eventos que constroem, planejam ou afundam¹ territórios por meio de macropolíticas da agenda desenvolvimentista.

No contexto do planejamento das obras do PISF, o discurso oficial do governo buscou justificar a necessidade dos investimentos por meio do argumento da integração e desenvolvimento da Região Nordeste. A utilização do *slogan* “Água a quem tem sede”² reforça a narrativa, há muito utilizada, de que o chamado atraso da região deve-se à escassez hídrica. Nada novo.

Para Karina Leitão (2009), as ações de construção dos espaços nos territórios locais são resultado de uma política nacional de planejamento territorial comprometida com a agenda neoliberal. De acordo com esse pensamento construído pela autora, seria possível afirmar que o PISF – planejamento concebido ainda no Brasil Império e retomado por vários governos – representa uma continuidade em relação às estratégias de manutenção das engrenagens sociopolíticas.

Aos olhos de Rosa Luxemburgo em (1985), as reformas que não são capazes de promover transformações estruturais serão suplantadas sempre que essas mudanças interferirem na lógica da produção e reprodução do capital. Desse pensamento, decorre a ideia de que os planejamentos de reassentamentos forçados

¹ Referência às populações que habitavam na poligonal impactada por inundações provocadas durante as obras do PISF que foram removidas durante o Programa de Reassentamento de Populações do PISF.

² Frase utilizada pela campanha de divulgação oficial do governo federal brasileiro após o anúncio do Projeto de Integração do São Francisco (PISF).

se realizam a fim de dar continuidade aos processos por outros meios, que não o conflito e que qualquer melhora na vida das populações envolvidas realiza-se por meio da mitigação (ou silenciamento). Essas melhorias podem ser revertidas a qualquer tempo, sempre que não colaborarem com a ampliação de fronteiras de reprodução ampliada do capital.

Na direção do não conflito, o Plano Básico Ambiental (PBA do PISF) propõe medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pela obra de desenvolvimento. O PBA responde às recomendações propostas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e contempla outros 38 planos temáticos, também chamados PBA. Os PBA foram elaborados e executados com base nas condicionantes presentes nas condicionantes de Licenças de Operação (LO) aprovados pelo IBAMA e tem objetivo de atender aos requisitos impostos pelo órgão licenciador para realização da obra.

O IBAMA concedeu as (LO) nº 1660/2022 e o (LI) nº 1464/2018, emitidas, respectivamente, para os eixos norte e leste do PISF, sendo o IBAMA também responsável pela fiscalização do cumprimento dessas medidas mitigadoras. Dentre os PBA, trabalharemos o oitavo, por tratar da medida de mitigação no contexto do Programa de Reassentamento das Populações (nosso foco de interesse).

A partir desse fio, chegamos à seguinte questão: é possível que alguma dessas medidas mitigadoras seja capaz de romper com lógica de planejamento territorial tradicionalmente alinhada com os interesses de manutenção das estruturas de acumulação e produção?

Para seguir esse fio analítico, este trabalho se debruça sobre os processos de projeto e implantação de infraestrutura social e produtiva das VPR no contexto do Programa de Reassentamento das populações (PBA-8) – que implantou dezoito vilas produtivas rurais (VPR) –, com foco na análise dos projetos urbanísticos das Vilas.

Do total de dezoito vilas definiu-se o recorte de três VPR, por serem as vilas com maior recorrência de descrição nos relatórios técnicos da PREDIR (Linha de Pesquisa em Edificações Rurais do NGPS/UNIVASF). Os Planos Básicos Ambientais analisados correspondem às VPR: Captação-PE, Queimada Grande-PE e Lafayette-PB.

Quanto à gestão do PBA-8 podemos definir três fases diferentes. Cada uma das fases correspondentes a três momentos distintos em relação à natureza do

agente contratado pelo MIDR para planejar ou executar a condicionante a ser avaliada pelo ente fiscalizador (IBAMA). As fases foram definidas para o trabalho, a partir do recorte no qual se concentrou a pesquisa qualitativa. Assim, o raciocínio da tese foi elaborado com base na divisão dos processos do PBA-8 em três fases. São elas:

1. Militar – reassentamento, planejamento de arranjos gerais e obras das 18 Vilas Produtivas Rurais. Fase que esteve a cargo da Comissão Regional de Obras das Salinas da sétima Região Militar.
2. Empresa Privada – elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável e trabalhos junto às populações reassentadas. Fase gerida pela empresa CMT Engenharia Ltda.
3. Universidade – Processos de base agroecológica e participativos junto à população reassentada. É a fase mais recente, promovida pelo Núcleo de Gestão de Projetos Sociais (NGPS) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Nota-se que o reassentamento dessas populações contou com três momentos distintos, no que se refere às instituições envolvidas nos processos junto às comunidades reassentadas. Inicialmente as ações do PBA-8 foram coordenadas por militares; na segunda fase do programa, os trabalhos foram promovidos pela iniciativa privada; e, atualmente, a gestão fica a cargo de um núcleo de pesquisa e extensão vinculado à universidade.

A partir da definição das fases de gestão, definiu-se o recorte temporal para a análise das duas primeiras (militar e por empresa privada), correspondendo, assim, aos anos entre 2003 e 2019. A fase após 2019, gerida pela universidade (UNIVASF), não foi analisada devido ao fato de que a Linha de Pesquisa que desempenha ações no campo da Arquitetura e Urbanismo (nosso interesse) ter sido fundada apenas em meados de 2022.

O curto período em que a gestão da universidade empreendeu ações nos territórios do PISF impossibilitou as análises dos seus resultados, mas pode ser importante campo de aplicação para as discussões abordadas por esta dissertação, bem como, para socialização do guia para processos de elaboração coletiva de planos populares – que é o produto técnico produzido a partir desta escrita.

O produto técnico foi, então, produzido a partir da proposta metodológica

aplicável durante processos dialógicos³ de elaboração coletiva de projetos de Arquitetura e Urbanismo junto a comunidades em contextos pós-reassentamentos forçados, produzida por este trabalho. A proposta metodológica, por sua vez, foi elaborada com base na análise crítica das experiências executadas nos dois primeiros momentos do PBA-8.

Por razão das diferentes naturezas dos processos de intervenção no território (militar, privada e vinculada à universidade pública), a dissertação divide-se em três seções, além desta breve introdução. De tal maneira, a estrutura da mesma está organizada a partir de uma seção para as duas fases iniciais de gestão do PBA-8 e, posteriormente, outra destinada à elaboração da proposição metodológica e planejamento de elaboração do produto técnico.

A primeira seção sugere a conjuntura de que o plano de reassentamento de populações do PISF representa uma continuidade em relação ao histórico brasileiro de intervenções alinhadas à agenda desenvolvimentistas no território por parte do estado.

Para testar a afirmação, a seção foi estruturada a partir de uma revisão de trabalhos dedicados à análise morfológica urbana de casos emblemáticos de planos territoriais em diferentes épocas e relacionadas a importantes marcos regulatórios. Essa revisão acessou ferramentas necessárias à análise morfológica dos arranjos gerais das VPR do PISF e, com isso, tornou possível a confirmação de continuidade por parte dos arranjos gerais das VPR do PISF em relação aos modos tradicionais de planejar e modificar o território.

No segundo capítulo, analisaram-se os documentos dos Planos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS), geridos pela empresa *CMT Engenharia Ltda* e elaborados por outras empresas privadas para as VPR. Para a análise textual dos documentos, aplicou-se a ferramenta *Iramuteq*⁴ que, por meio de métodos do campo da estatística aplicada a pesquisas quantitativas, gera alguns resultados que podem auxiliar na compreensão de documentos textuais.

Os dados gerados pelo *software*, atrelados a uma leitura crítica nessa etapa de

³ Conceito proposto por Paulo Freire para definir processos de ensino e aprendizagem que, por meio da comunicação democrática e transformadora, são capazes de promover autonomia.

⁴ IRaMuTeQ é um *software* livre ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Foi desenvolvido pelo *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* da Universidade de Toulouse.

pesquisa documental revelaram que os PDS apresentam alto grau de semelhança entre si, com centralidade para alguns temas estruturantes. Esses resultados podem indicar que os planos sustentáveis propostos para as vilas, na fase de gestão por empresa privada do PBA-8, seguiam uma abordagem padronizada, focada na produção e sem intenção de proporcionar processos participativos junto às comunidades das VPR do PISF.

A seção três foi destinada à síntese do que se denominou “pistas” de aproximações e rupturas com os planejamentos territoriais hegemônicos e, ainda, à construção da proposta metodológica propriamente dita.

No primeiro momento, na subseção destinada à coleta das “pistas” definiram-se ferramentas úteis à construção de alternativas a fim de aumentar os níveis de participação nos processos, potencializar dinâmicas locais e valorizar epistemes lastreadas em sabenças populares. Tais alternativas foram elaboradas a partir de uma perspectiva metodológica focada em distanciar-se esses processos de táticas de mitigação ou silenciamento.

Na subseção seguinte, a proposta metodológica é apresentada, seus eixos estruturantes são definidos e as linhas temáticas detalhadas. Para a construção da proposta, os conceitos de Participação, Bem viver, Suficiência e Interdisciplinaridade foram trabalhados a partir de pesquisa bibliográfica de experiências insurgentes no campo da assessoria e assistência técnica populares de Arquitetura e Urbanismo.

Durante o desenvolvimento da proposta, destinou-se uma subseção para cada uma das linhas temáticas. Por meio da ideia de “saber localizado” (Haraway, 2008) a seção buscou situar-se no contexto pós-reassentamento das populações do PISF e na trajetória individual das famílias e profissionais de ATER, revisar as pistas encontradas nas outras seções para, enfim, “imagear mundos outros” (Leandro, 2021).

Como resultado do *imagear*, o capítulo apresenta o início de um percurso metodológico para elaboração coletiva de planos populares comprometida com processos propositivos e engajados politicamente. Do ponto de vista teórico-metodológico, inspira-se nas ontologias do Bem Viver e interessa-se na utilização de Soluções Baseadas na Natureza (SBN).

A proposição metodológica, não tem, contudo, a pretensão de limitar as possibilidades de construções coletivas dos planos. Os fios soltos dessa seção

possibilitam processos outros que serão vivenciados por agentes locais (e suas epistemes) na esfera das comunidades. Esses processos potencialmente “imageados” nas (e para as) comunidades traduzem-se a inundação⁵ das novas formas de pensar os territórios e seus atravessamentos políticos.

Desse ponto de vista, o produto técnico – elemento previsto no regimento do programa de pós-graduação – representa importante oportunidade de que as discussões teóricas possam relacionar-se de maneira mais próxima com os territórios estudados e vividos durante esta escrita.

Por fim, este manuscrito dedica uma momento de encerramento para as considerações finais sobre os possíveis desdobramentos desta dissertação e suas contribuições para as discussões acerca dos processos de pós-reassentamento forçado de populações.

⁵ Inundação – Termo presente no título que faz referência às comunidades reassentadas por barragens (água) e, também, ao processo de afetação que as epistemes lastreadas nos conhecimentos e sabenças populares podem causar nas ações em contexto de pós-reassentamento. A inundação ganha, portanto, um significado mais abrangente, que envolve as potencialidades da sabedoria popular na busca por alternativas.

2 PRIMEIRA FASE DO PBA-8: CONTINUIDADES NAS MORFOLOGIAS E NAS POLÍTICAS

O presente trabalho constrói as discussões iniciais a partir de referências teóricas que aproximam a tônica do planejamento territorial brasileiro às estratégias de manutenção dos meios de produção e reprodução do capital. Dessa perspectiva, investiga possíveis consonâncias entre essa lógica hegemônica de reassentamentos no Brasil desde a transição agrária-industrial até as estratégias mais recentes, culminando na experiência do Programa de Reassentamentos de Populações do PISF (PBA-8).

O PBA-8 do PISF constitui-se em resposta ao cumprimento das condicionantes de Licenciamento Operacional estabelecidas pelo órgão licenciador (IBAMA) no contexto de execução das obras. As licenças de operação para os trechos de obra definem ações executadas no âmbito de cada um dos trinta e oito planos (PBA) relacionados com condicionantes estabelecidas para cada trecho.

De tal forma, as áreas impactadas pela obra, receberiam como medidas de mitigação, ações dos seguintes temas relacionados a cada um dos PBA. Sendo trinta e oito PBA relacionados à sessenta e duas condicionantes para o eixo Norte - LI nº 1344/2020, além de, vinte e nove PBA relacionados a onze condicionantes para o eixo leste - LO nº 1464/2018. São eles:

01. Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras;
02. Plano Ambiental de Construção (PAC);
03. Programa de Comunicação Social;
04. Programa de Educação Ambiental ;
- 05 Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais;
06. Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos ;
07. Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
08. Programa de Reassentamento das Populações;
09. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
10. Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios;
12. Programa de Apoio aos Povos Indígenas;

13. Programa de Compensação Ambiental;
14. Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios;
15. Programa de Apoio Técnico para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais;
16. Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico a Pequenas Atividades de Irrigação ao Longo dos Canais para as Com. Agrícolas;
17. Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas;
- 19 Programa de Regularização Fundiária as Áreas do Entorno dos Canais;
20. Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças
21. Programa de Controle da Saúde Pública;
22. Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia;
23. Programa de Conservação da Fauna e da Flora;
24. Programa de Prevenção à Desertificação;
25. Programa de Monitoramento de Sistema Adutor e das Bacias Receptoras;
26. Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas;
27. Programa de Monitoramento de Processos Erosivos;
- 28 Programa de Monitoramento de Cargas Sólidas Aportantes nos Rios Receptores e Seus Açudes Principais;
30. Programa de Apoio às Ações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano;
- 32 Programa de Apoio ao Saneamento Básico;
34. Programa de Relocação das Infraestruturas a serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento;
35. Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários da Área Diretamente Afetada;
37. Programa de Corte e Poda Seletiva da Vegetação;
38. Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais na Faixa de Servidão;

Dentre os PBA, ou temas relacionados às condicionantes de licenciamento e operação de obras do PISF, a pesquisa trabalhou com o recorte do PBA-8 que trata do Programa de Reassentamento das Populações, a fim de construir bases de análise a respeito do fenômeno dos reassentamentos involuntários provocados por definições

de planejamento territorial no Brasil.

Esta seção baseia-se na suspeita de que o plano de reassentamento de populações do PISF representa uma continuidade em relação ao histórico brasileiro de intervenções no território por parte do estado. Essa continuidade pode ser verificada a partir dos instrumentos legais que norteiam a atuação do Estado, bem como, nas características formais dos desenhos urbanos elaborados nas experiências de reassentamentos.

A partir desse caminho, foram selecionadas algumas experiências de expulsão, reassentamentos forçados e políticas habitacionais referenciais em casos selecionados e relacionados às temporalidades de marcos legais e políticas públicas Quadro 1.

Quadro 2 – Quadro-resumo de marcos legais para reassentamentos involuntários e casos referenciais de reassentamento no Brasil.

MARCO LEGAL	CONTEÚDO	ANO
Marcha para o Oeste	Visava integrar e desenvolver o interior do Brasil, especialmente o Centro-Oeste, por meio da colonização, construção de infraestrutura e expansão da agropecuária.	1930 a 1940
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões criado no governo Vargas que concedia aposentadorias e pensões aos contribuintes, mas também financiou construções.	1946
FCP	A Fundação da Casa Popular (FCP) foi criada em 1946, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, e foi o primeiro órgão federal brasileiro a centralizar a política de habitação.	1946
Estatuto da Terra	Lei nº 4.504/1964 que regulamenta a política agrária e prevê a desapropriação de terras para fins de reforma agrária e reassentamento.	1964
BNH	O Banco Nacional da Habitação (BNH) foi uma empresa pública de crédito destinada ao financiamento imobiliário no Brasil durante o regime militar.	1964
SFH	Lei nº 4.380. O Sistema Financeiro de Habitação institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.	1964
FGTS	Lei nº 5.107. O Fundo de Garantia por Tempo De Serviço (FGTS) foi concebido durante a ditadura. O objetivo era duplo: facilitar a demissão de trabalhadores e financiar a construção de imóveis.	1966
CCFGTS	Foi instituído o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Conselho era responsável por gerir o FGTS, enquanto os recursos eram operados pela Caixa Econômica Federal.	1966
SPI	O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi um órgão público criado em 1910 para prestar assistência aos povos indígenas	1967

	do Brasil.	
Reassentamento do Povo Xavante	Os Xavante foram removidos de suas terras para dar lugar a projetos de desenvolvimento agrícola. O reassentamento foi marcado por violência e perda de território.	Nos anos 1960 e 1970
Reassentamento do povo ribeirinho do médio São Francisco	A expulsão de famílias durante a construção da barragem de sobradinho foi o primeiro grande processo de reassentamento coordenado pelo INCRA.	1973
Frentes Pioneiras de Colonização Agrícola	Projetos de colonização na Amazônia e no Centro-Oeste levaram ao deslocamento forçado de comunidades locais e indígenas.	Nas décadas de 1970 e 1980
Lei de Licenciamento Ambiental	Lei nº 6.938/1981 que exige estudos de impacto ambiental e social para grandes projetos, incluindo reassentamentos.	1981
Ministério do Desenvolvimento Urbano	O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi criado pelo decreto n. 91.145, de 15 de março de 1985, tendo por competência as políticas habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente. Algumas de suas atribuições foram repassadas do Ministério do Interior e para a nova pasta foram transferidos o Banco Nacional da Habitação (BNH), o Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano (CNDU), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e o Departamento-Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).	1985
Extinção do BNH	DECRETO-LEI Nº 2.291. Sobre a extinção, pelo presidente José Sarney, do Banco Nacional de Habitação frente a denúncias de corrupção e inadimplência. O BNH é um exemplo de sequestros de políticas públicas por setores da economia.	1988
Constituição Federal	É a lei fundamental e suprema do Brasil. Conhecida como “constituição cidadã”, traz direitos fundamentais da população brasileira, como, por exemplo, a garantia do direito à moradia e à propriedade, além de proteger os direitos das comunidades tradicionais e indígenas.	1988
Ministerio do Interior	Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, oriundo do desmembramento do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores, mais tarde, vinha a se tornar o Ministério da Integração Nacional.	1989
Ministerio da ação social	Decreto nº 99.916 cria o Ministério que herda as funções do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social. Mais tarde, o ministério viria a se tornar Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.	1990
FDS	Decreto nº 103. O Fundo de Desenvolvimento Social financia projetos de desenvolvimento social.	1991
CCFDS	Conselho Curador que aprova e regula o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).	1991
Lei de Reforma Agrária	Lei nº 8.629/1993 que estabelece normas para desapropriação de terras e criação de assentamentos rurais.	
SEPURB MPOG	Secretaria de Política Urbana (SEPURB), ligada ao MPOG,	1995

	em 1995, no primeiro governo FHC.	
Caixa Mandatária da União	Decreto 1.819/96. A Caixa passa a ter função mandatária no processo de transferência voluntárias de recursos da união.	1996
Estatuto da Cidade	Lei 10.257 de 10/ 2001, que regulamenta o capítulo "Política urbana" da atual Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade.	2001
FAR	Lei nº 10.188. O FAR é administrado pela Caixa Econômica Federal e tem como objetivo financiar programas de habitação para famílias de baixa renda.	2001
VPR do PISF	Foram criadas para reassentar famílias afetadas pelo projeto de transposição do Rio São Francisco.	2003
SNHIS	Lei n 11.124/2005, do primeiro governo Lula. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. De funcionamento interfederativo, tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de mais baixa renda.	2005
FNHIS	Lei n 11.124/2005. O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é um fundo criado no primeiro governo Lula que financia projetos de moradia popular.	2005
CGFNHIS	Lei n 11.124/2005. É o conselho gestor do FNHIS criado no primeiro governo Lula para gerir os recursos destinados para projetos de moradia popular.	2005
PAC	O Programa de Aceleração do Crescimento foi dividido nas áreas de atuação: Infraestrutura, Habitação, Recursos Logísticos e Sociais e Sustentabilidade. Foi um programa idealizado no primeiro governo Lula.	2007
PMCMV	Lei nº 11.977/2009. Promove a construção de moradias populares, incluindo reassentamentos urbanos.	2009
Portaria nº 317 Deslocamento involuntário	Estabelece normas para o deslocamento involuntário de servidores públicos federais, visando à redistribuição de pessoal para otimizar recursos e serviços. Define critérios como priorização de voluntários, análise das necessidades das unidades e transparência no processo, além de permitir recurso administrativo em caso de discordância.	2013
Marco Regulatório do Reassentamento Involuntário	Foi consolidado em 2015, com a criação da Política Nacional de Reassentamento Involuntário pelo Ministério das Cidades. Ele estabelece diretrizes para garantir indenizações justas, reassentamento adequado, participação comunitária e mitigação de impactos socioambientais em casos de deslocamentos forçados, como em obras de infraestrutura, visando à transparência e aos direitos humanos.	2015
MDR	Foi criado por meio da Medida Provisória nº 870, no governo de Jair Bolsonaro. Sua função é integrar e coordenar políticas de desenvolvimento urbano, saneamento, habitação e infraestrutura regional, substituindo o Ministério das Cidades e absorvendo atribuições de outras pastas.	2019
Vilas rurais do INCRA da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) Bahia e Tocantins	Vilas rurais na Bahia e TO em andamento, em áreas de desapropriação para a obra da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)	Anos 2020 (em curso)
Reassentamento	Reassentamentos e/ou indenizações de famílias afetadas	Anos

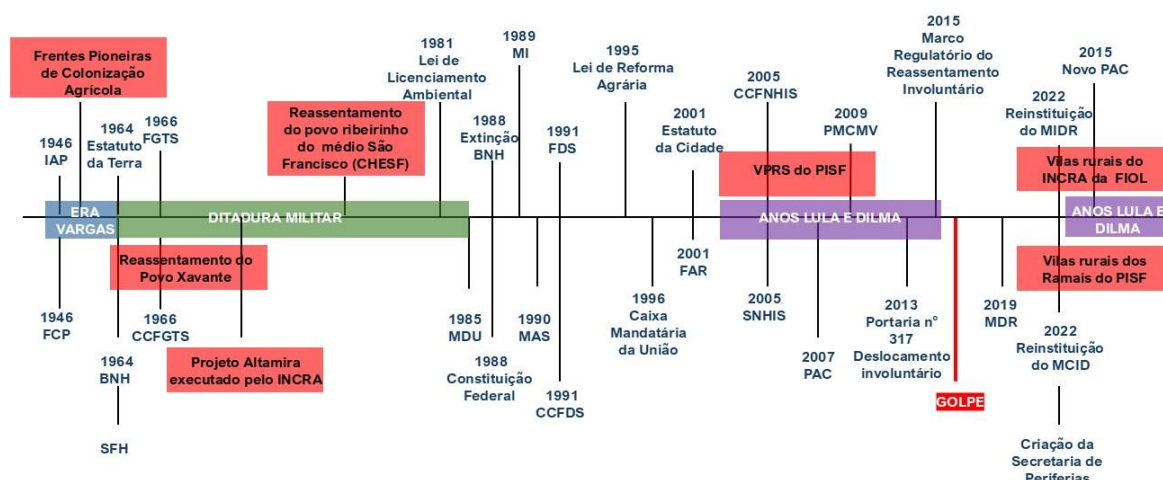
de Populações afetadas pelas obras do Ramais do PISF.	pelas obras dos ramais do PISF. São eles: Ramal do Agreste, Ramal do Sertão, Ramal de Pernambuco, Ramal da Paraíba e Ramal do Ceará.	2020 (em curso)
Reinstituição do MIDR	No terceiro governo Lula, por meio da Medida Provisória nº 1.154, a pasta foi reinstituída para retomar a coordenação de políticas de desenvolvimento regional, integração nacional e redução de desigualdades, com foco em infraestrutura, saneamento e habitação.	2022
Reinstituição do MCID	No terceiro governo Lula, por meio da Medida Provisória nº 1.154, foi instituída a recriação da pasta visa retomar a coordenação de políticas urbanas, com foco em habitação, saneamento básico, mobilidade urbana e desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.	2022
Criação da Secretaria de Periferias	Por meio da Portaria MCID nº 95, de 13 de março de 2023*. Sua missão é desenvolver políticas públicas para reduzir desigualdades e promover inclusão social, urbana e econômica nas periferias brasileiras.	2022
Novo PAC	Foi relançado o PAC por meio da Portaria MGI nº 1.089, de 11 de agosto de 2023.	2023

Fonte: Marco Regulatório do Reassentamento Involuntário nos programas e projetos do MDR e documentos do MCID. Organizado pela autora em 2025.

Na Figura 2, a seguir, organizamos os marcos temporais detalhados no Quadro 1 em uma linha do tempo e acrescentamos as camadas de temporalidades relativas a alguns casos referenciais de reassentamentos forçados no Brasil, a fim de analisar como esses casos de planejamento urbano se relacionam com instrumentos legais e, a partir disso, selecionar casos referenciais reassentamentos forçados. A Figura 2 reúne, portanto, três camadas. São elas: marcos legais, casos referenciais selecionados e contexto político.

Conforme apontado graficamente pela Figura 2, a tríade – casos referenciais de reassentamentos forçados, contextos políticos e marcos legais – auxilia a leitura analítica de que mesmo em contextos políticos diferentes, os marcos legais atuam como instrumento que possibilitam a execução de grandes obras desenvolvimentistas.

Figura 5 – Linha do tempo de marcos legais e de casos referencias de reassentamentos forçados no Brasil.



Fonte: elaborada pela autora em 2025.

A escolha dos casos referenciais ilustrados na linha do tempo e que foram utilizados para a realização de revisão de literatura no decorrer do capítulo ocorreu a partir do interesse no método da análise morfológica de cada um dos traçados e das suas respectivas temporalidades políticas e relação com marcos legais importantes. Isso se deu de tal forma que foi possível analisar os seguintes contextos:

1. Frentes Pioneiras de Colonização Agrícola;
2. Apagamento do povo Xavante;
3. Agrovilas do Projeto Altamira – INCRA;
4. Vilas Produtivas Rurais do PISF;
5. Unidades habitacionais das VPR do PISF.

Para Oliveira (2003), os traçados podem ser instrumentalizados para garantir as estruturas de manutenção da expropriação primitiva. O planejamento, para o autor decorre de,

Uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. (Oliveira, 2003, p. 23).

Segundo Ferro (1979, p. 10-11), “o desenho de arquitetura é mediação insubstituível para a totalização da produção sobre o capital (...) é caminho obrigatório para extração de mais-valia”. O poder de mediar a totalização da produção dos elementos construídos confere, tradicionalmente, ao projeto de arquitetura um lugar de instrumentalização para execução de planos políticos e em função de objetivos ligados a questões econômicas.

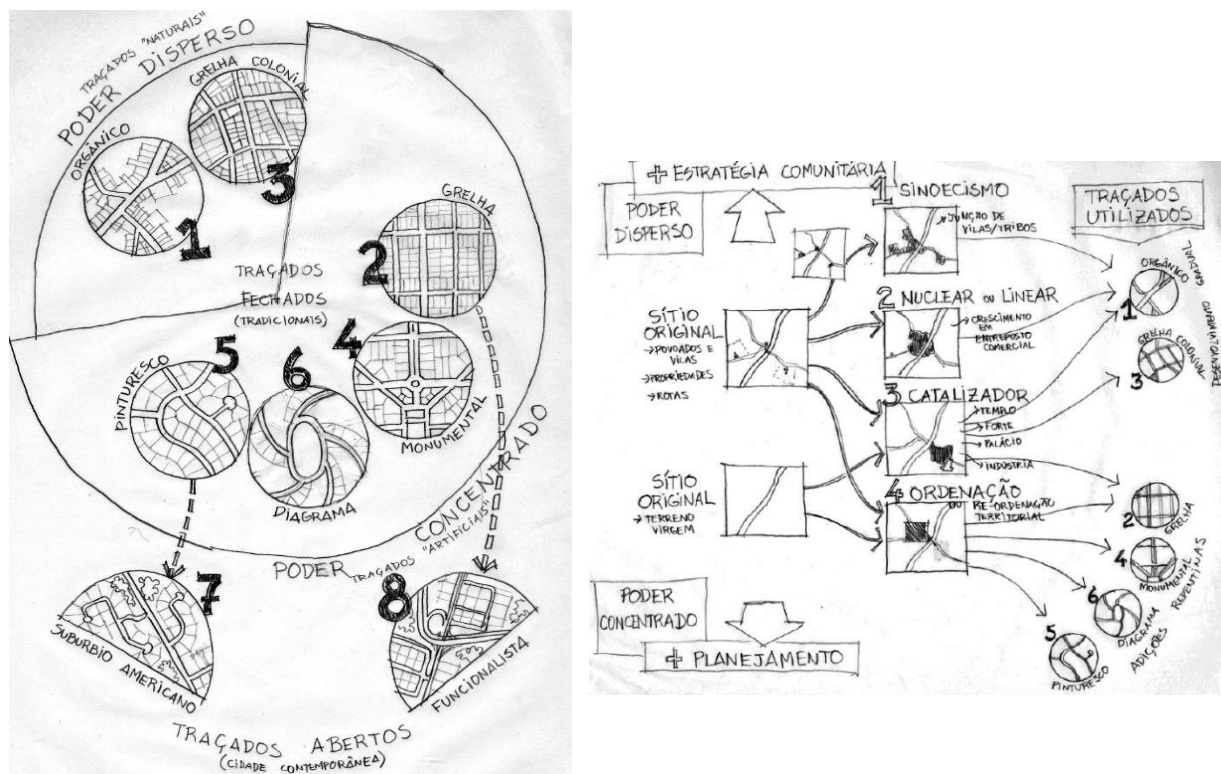
De acordo com Monteiro (2017),

É possível, através da forma da cidade, perceber quais de suas partes refletem momentos em que os poderes estavam menos ou mais concentrados. A geometria costuma ser forte indicador de concentração do poder (...) O fato é que as tipologias de traçado revelam muito sobre a natureza do poder que os origina. (Monteiro, 2017, p. 02)

O autor apresenta graficamente (Figura 3 e 4) uma síntese das relações entre traçados e indicações de poderes dispersos ou concentrados. Observa-se, na síntese, que os padrões com grelha regular estão ligados a iniciativas de ocupações com os chamados “poderes concentrados”.

Para Monteiro (2017), esse tipo de traçado é utilizado como “forma de impor ao território um ordenamento civilizatório que o distinguisse do ambiente selvagem e hostil. Ao longo dos séculos provou ser um desenho versátil e interessante do ponto de vista militar e econômico.”

Figuras 6 e 4 – Diagrama de tipologia dos traçados. Diagrama inspirado em Kostof (1991).



Fonte: Monteiro, 2017.

A partir dessa perspectiva, entender a lógica hierarquizada entre as relações planejamento-desenho permite entender também o uso político dos processos envolvidos nos planejamentos dos territórios. Para tanto, o projeto de arquitetura – e suas múltiplas formas de representação e uso político – passam a ser importante chave de análise. Nesse sentido, essa fase foi considerada o início do percurso investigativo.

Neste momento da pesquisa, optou-se pela linha de raciocínio de que o desenho daria pistas importantes no entendimento dos gestos do Estado brasileiro no território. Posteriormente à coleta das referidas pistas, elas foram utilizadas para testar a hipótese proposta por meio da análise morfológica e comparativa dos arranjos gerais do recorte de Vilas definidas dentre as dezoito construídas no âmbito do Programa de Reassentamento de Populações do PISF.

A fase de análise morfológica das VPR apoiou-se na ideia de interdisciplinaridade, sustentada em diferentes abordagens. Oliveira (2016), em *Morfologia urbana: diferentes abordagens*, explora as diversas perspectivas teóricas da análise morfológica.

A partir das lentes de análise das abordagens – histórico-geográfica, tipológica projetual, sintaxe espacial e análise espacial – apresentadas por Oliveira (2016), este trabalho utilizou das principais categorias de análise para que, de forma multirreferenciada, pudesse realizar uma análise morfológica mais abrangente e relacionada com as características físicas e suas relações com as camadas de planejamento e desenvolvimento urbano.

Dessa forma, para cada um dos casos referenciais selecionados, analisaremos as configurações de traçados urbanos segundo categorias adequadas a cada análise. No Quadro 2, a seguir, encontram-se organizadas as categorias de análise decorrentes das quatro abordagens estudadas combinadas.

Quadro 2 – Categorias de análises morfológicas.

ABORDAGEM	CATEGORIAS GERAIS DE ANÁLISE MORFOLÓGICA
Histórica	Evolução temporal da cidade
	Estruturas urbanas antigas
	Patrimônio cultural e identidade histórica.
	Impacto de eventos históricos na forma urbana.
Funcional	Distribuição espacial das atividades urbanas
	Hierarquia urbana
	Mobilidade e acessibilidade
	Relação entre forma e função urbana.
Morfológica (Formal)	Padrões de parcelamento do solo
	Tipologias edificadas
	Rede viária
	Configuração espacial da cidade
Social	Segregação socioespacial
	Uso do espaço público
	Identidade e pertencimento
	Desigualdades espaciais

Fonte: baseado na síntese proposta por Oliveira (2017). Organizado pela autora em 2025.

2.1 FRENTES PIONEIRAS DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA

O discurso da funcionalidade, universalidade e simplicidade modernista, traduzido nos traçados urbanos, oferece maior possibilidade de instrumentalização da disciplina do urbanismo pelos projetos nacional-desenvolvimentistas. Como explicam Rego *et al.* (2017), quando analisa a morfologia no contexto das Frentes Pioneiras de colonização agrícola (FPCA)⁶, “esta postura dos urbanistas funcionalistas

⁶ Impulsionadas pelo processo de modernização do país e de ocupação das fronteiras nacionais promovido pelo governo de Getúlio Vargas e sob o slogan “Marcha para o Oeste”, as “Frentes

correspondeu à sua adesão ao positivismo, ou seja, ‘ao modo de classificarem o espaço em partes e escalas diferentes, tentando, assim, reduzir-lhe a complexidade.’ (Rego *et al.*, 201, p. 11).

Rego *et al.* (2017) analisaram os traçados da cidade de Angélica, no Mato Grosso do Sul. Projetada pelo arquiteto Wilhem, a cidade de Angélica foi concebida nos anos 1950, no âmbito da “Marcha para o Oeste”, muito antes de Brasília.

A “Marcha para o Oeste” foi um programa de governo implementado durante o Estado Novo de Vargas que ocorreu durante a primeira fase da Revolução Verde⁷, no Brasil. Sob forte influência do planejamento territorial, político e econômico, foi pensado pelo governo e empresas norte-americanas para os assim chamados países em desenvolvimento.

Para Almeida (2020), a “Marcha para o Oeste” também se utilizava da narrativa dos vazios territoriais para emplacar projetos de investimento público em planos de incentivo de produção agrícola industrializada:

os nexos entre a centralidade que militares e geógrafos, assim como a linguagem geopolítica, assumiram dentro da máquina varguista junto ao processo de reorganização territorial levado a cabo nesses anos. A presença de argumentos geopolíticos era recorrente nos relatórios e pareceres do Estado de modo a justificar a criação de territórios e demais iniciativas pautadas pela necessidade de assegurar a segurança e a soberania nacional. Na linguagem da geopolítica, os “vazios” eram ameaças à realização do poder nacional brasileiro. (Almeida, 2020).

Nesse contexto, sob as “ameaças do vazios” os recursos públicos eram destinados para avançar as fronteiras agrícolas e modificar a infraestrutura dos territórios rurais brasileiros a serviço da produção aos moldes industriais e a serviço dos grandes conglomerados de insumos agrícolas. Para implementar esse processo, o governo do Estado Novo recorreu às construções simbólicas para viabilizar seus projetos. Para Carvalho (2018),

O Brasil, assim como nas bandeiras, para conseguir manter sua unidade e alcançar o progresso prometido pelo projeto desenvolvimentista estadonovista, necessitava de um líder forte. Na simbologia propagada pelo governo, a figura de Vargas incorporava as características do indômito bandeirante. Herdeiro deste legado, Vargas se apresentava como líder apto

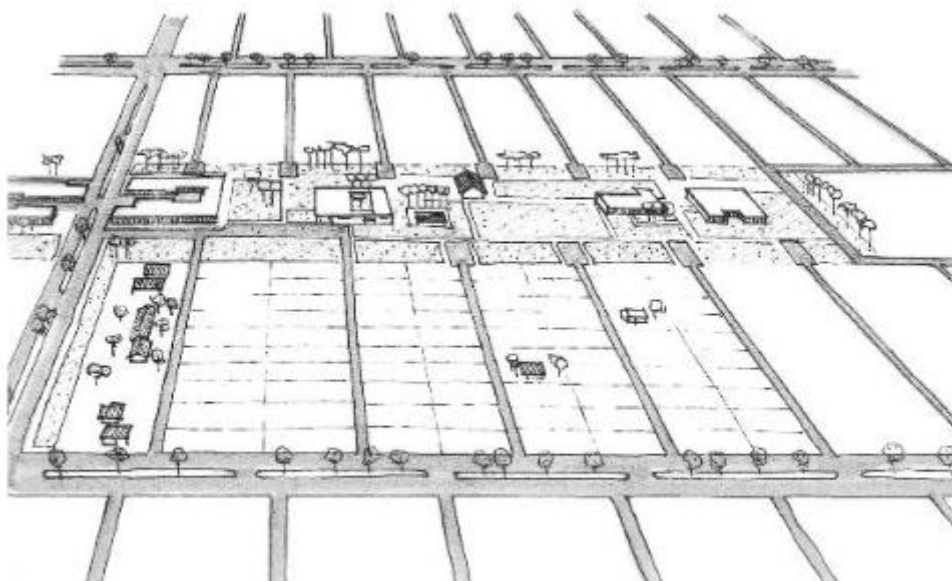
Pioneiras de colonização agrícola” foram um projeto do estado para planejamento e implantação de vilas no interior do país nos anos 1950.

⁷ Foi um projeto político idealizado pelos Estados Unidos da América e implementado nos países ditos subdesenvolvidos da América latina que tinha como meta estimular a industrialização do campo. Para Moreira (2021), a revolução verde “foi pensado e desenvolvido para fins econômicos e políticos muito maiores do que resolver o abastecimento alimentar”.

a manter a unidade nacional e promover o desenvolvimento almejado. (Carvalho, 2018, p.248).

Mesmo sendo anterior à fase pós-Brasília (consolidação do urbanismo funcionalista), Angélica já fazia parte de um ideal nacional-desenvolvimentista no desenho de traçados. Por esse motivo, o estudo morfológico do plano da cidade (Figura 5) trará pistas importantes para o teste da hipótese proposta por esta seção.

Figura 5 – Perspectiva de Angélica.



Fonte: Rego *et al.*, 2017.

Rego *et al.* (2017) descrevem a morfologia de Angélica de tal forma:

Angélica apresenta um formato regular, retangular (não fosse a sinuosidade da ferrovia), decorrente das vias ortogonais e do conjunto de quadras retangulares dispostas em um terreno com pouca declividade. Esta mesma precisão formal foi aplicada à configuração das funções urbanas, definidas pela Carta de Atenas. A cidade está nitidamente dividida em setores. (Rego *et al.*, 2017, p.8).

De acordo com Del Rio (1990), a fim de estudar os elementos fornecidos pela análise morfológica é preciso compreender a “interrelação” entre os indícios formais e aqueles provenientes do contexto. Para o caso de Angélica, e a partir da análise morfológica realizada por Rego *et al.* (2017), podemos elaborar como as escolhas projetuais estão intimamente relacionadas ao contexto em que esse projeto foi implementado.

A Frente Pioneira de Colonização Agrícola foi um amplo Projeto do Governo

Vargas, nos anos 1950, que utilizou recursos públicos para promover a modernização dos espaços rurais brasileiros conforme uma agenda nacional-desenvolvimentista. Nesse sentido, um projeto útil a essa agenda precisaria responder a algumas questões relacionadas à funcionalidade.

Dessa maneira, a implantação de vias ortogonais em terrenos com pouca declividade além de facilitar as obras, também conferia a cidade um tom de simplificação e homogeneização própria ao desejo de industrialização dos setores agrícolas.

Da mesma forma, a setorização dos espaços determinava o viés funcionalista dessas vilas, que eram projetadas para promover a inserção produtiva da população rural brasileira por revolução de 1930.

2.2 APAGAMENTO DO POVO XAVANTE

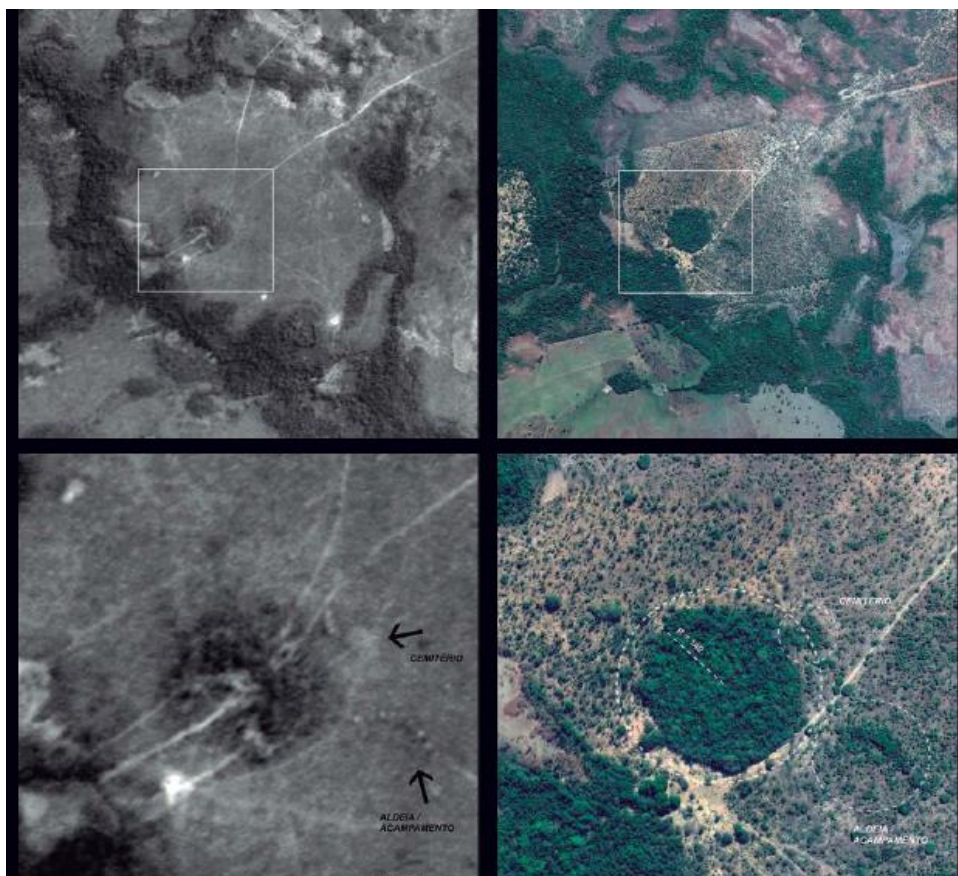
Em *O Mapa da terra*, Tavares (2020) traz a proposição metodológica e conceitual da “arqueologia da ancestralidade e despossessão” do povo A’weu Xavante por meio de uma contranarrativa⁸ da história do planejamento territorial brasileiro no recorte temporal dos anos da ditadura militar no Brasil.

O processo de expropriação física e simbólica do povo Xavante é emblemático porque se repete em vários casos de reassentamentos forçados no Brasil por meio da tríade apagamento, planejamento territorial e reassentamento.

No trabalho, o autor prova a existência de cidades que foram propositalmente apagadas durante o processo de remoção dessa população de seus territórios. A comprovação é feita por recuperação de imagens aéreas produzidas na época da diáspora do povo e, também, por fotografias atuais de remanescentes de agroflorestas projetadas em aldeias Xavantes (Figura 6).

⁸ Cartografia que tem como objetivo prático-conceitual refutar a neutralidade de representações cartográficas hegemônicas.

Figura 6 – Imagens da década de 1940 e imagens contemporâneas com resquícios de “aldeia mãe” e agroflorestas Xavantes.



Fonte: Tavares (2020).

Segundo o autor, o processo de não legitimação da existência do povo, do apagamento de sua cultura e das suas produções de cidades seria parte da estratégia política do Estado para execução de grandes projetos desenvolvimentistas implementados pelos militares.

O contexto político da expulsão do povo Xavante tem como principal marco relacionado o advento da Lei de Terras. Instituída em 1964, a lei nº 4.504/1964 marca o início da Ditadura Militar no Brasil e regulamenta ações de planejamento de espaços rurais com metas relacionadas ao desenvolvimento e ocupação dos chamados vazios territoriais, mas que, na prática, consolidou o poder dos grandes latifundiários (elite tradicional brasileira) e expansão agrícola.

Além disso, os recém-criados Banco Nacional de Habitação (BNH), Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) constituem-se como políticas públicas voltadas para habitação de interesse social e

modernização de áreas urbanas, mas que foram utilizadas para financiar projetos de colonização nas novas fronteiras agrícolas. As novas vilas urbanizadas foram construídas com esses recursos e utilizadas como instrumentos para o processo – planejado – de apagamento do povo Xavante.

As políticas desenvolvimentistas implementadas pelos governos ditatoriais brasileiros utilizaram as estruturas estatais de Serviço de Proteção aos Índios⁹ (SPI)¹⁰ e as forças armadas do país para executar as diretrizes de planejamento territorial para aqueles territórios por meio de algumas ferramentas. Por meio de categorias, utilizamos as lentes de análise morfológica histórica e social (vide quadro 2) para identificar as seguintes características de planejamento urbano durante o processo de expulsão:

- Apagamento, expulsão e expropriação violenta da população Xavante dos seus territórios;
- Planejamento do desmatamento e ampliação das chamadas fronteiras produção agrícolas;
- Reassentamento em lotes de colonos sem demarcação de terras (Figura 3).

O documento a seguir (Figura 7) representa as características do desenho elaborado para o reassentamento de uma pequena parte do povo Xavante. Vale ressaltar que a maior parte do povo foi executado ou expulso. Apenas uma pequena parte foi reassentada mediante obrigatoriedade de enquadramento como colono e não mais como integrante do povo originário.

A observação do desenho apresentado, permite dizer, a partir do diagrama apresentado por Monteiro (2017), que a grelha rígida denota que o objetivo era planejar uma ocupação com características de “poder concentrado”, característico, segundo o autor, de iniciativas de urbanismo coordenado por militares.

Com base na planta de parcelamento, podemos realizar análises fundamentadas nas abordagens funcional e morfológica. A distribuição das atividades urbanas, nesse caso referencial, não prevê espaços públicos, mas apenas um sistema de setorização das funções relacionadas as atividades agrícolas.

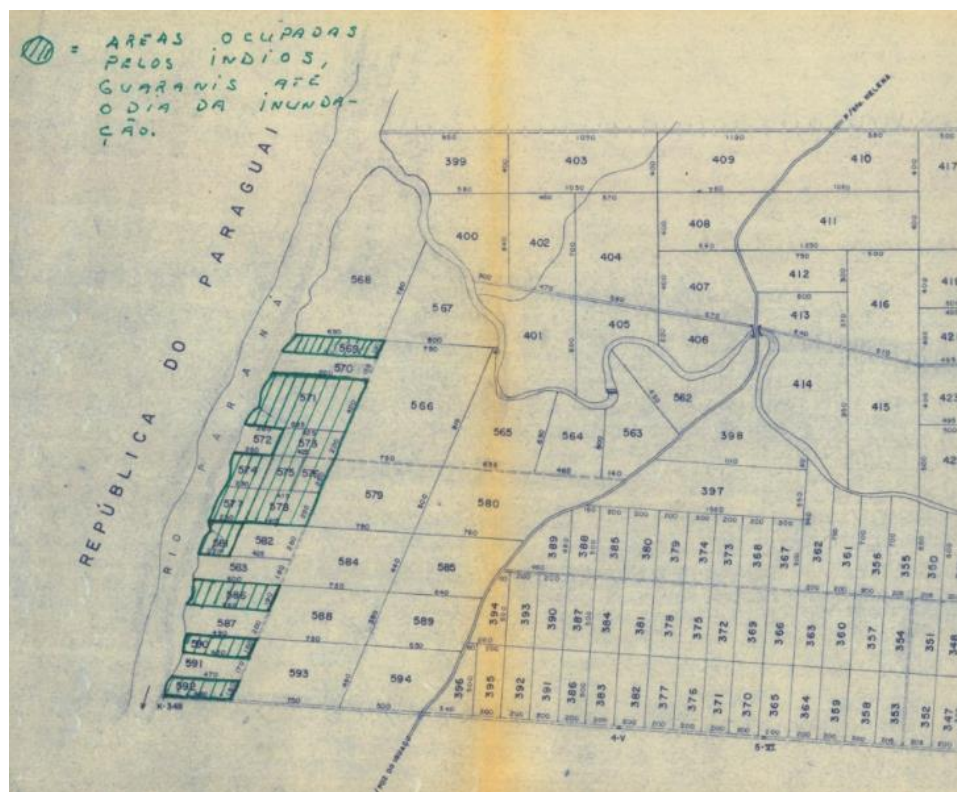
Um outro aspecto importante, é que a configuração espacial, não leva em

⁹ O termo “índio” precisa ser substituído pelo termo “indígena”, que significa “natural do lugar em que vive”, e é mais apropriado para se dirigir aos povos originários.

¹⁰ O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072.

consideração as relações de ambiência e vizinhança das tribos Xavantes, além de não prever espaços de socialização e articulação política.

Figura 7 – Mapa elaborado pelo INCRA em 1977, demarcando lotes que seriam destinados aos indígenas desterritorializados.



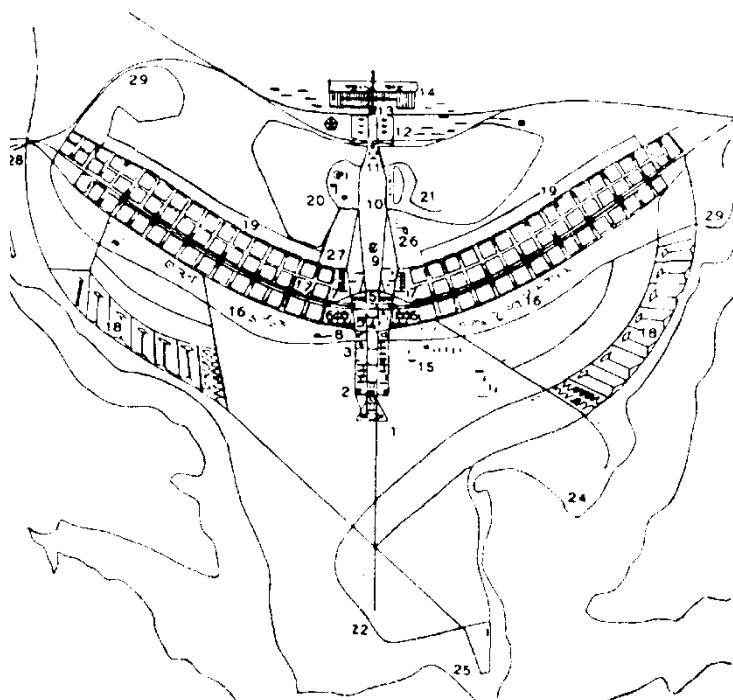
Fonte: Tavares (2020).

Para seguir o fio dessa análise, é importante notar que a morte física e simbólica dos povos originários – em curso desde o Brasil colonial – foi novamente objetivo do Estado brasileiro e que o desenho das feições planejadas para aquele território traduzia uma intenção sem neutralidade durante o planejamento dos traçados.

Embora a quase extinção desses povos façam da morte física algo evidente, a morte simbólica se realiza de forma menos acentuada, porém, não menos eficiente. Segundo Tavares (2020), a Arquitetura e o Urbanismo brasileiro retornam aos símbolos coloniais e os atualizam nessa cruzada de aniquilamento de povos nativos, a favor do estabelecimento das novas diretrizes de desenvolvimento econômico aos moldes das tradicionais estruturas coloniais.

Esse retorno aos símbolos coloniais é apresentado na revista *Des-Habitat*, em que o autor afirma que o projeto de Brasília – cidade ícone modernista – (Figura 8) acena ao novo/moderno ao mesmo tempo em que remete ao antigo colonial (Cruz de Pascoal).

Figura 8 – Croqui do traçado urbano de Brasília por Lúcio Costa (Acervo Público do Distrito Federal).



Fonte: Torelly (2006)¹¹.

No Brasil, sob a luz da construção da narrativa da luta contra o subdesenvolvimentismo proposto pelo estruturalismo Cepalino¹² e da influência política estrangeira da Aliança Política para o Progresso (ALPA), a busca pelo controle social ganha contornos mais firmes com o giro autoritário. Com isso, são intensificados projetos políticos-estatais já iniciados a partir dos anos 1950.

2.3 AGROVILAS DO PROJETO ALTAMIRA – INCRA¹³

Replicando as experiências de expulsão dos Xavantes das Frentes Pioneiras de Colonização Agrícola e tantos outros eventos da política de planejamento territorial

¹¹ Croqui disponível em TORELLY, Luiz Philippe. Brasília: 50 anos da realização do Plano Piloto. Vitruvius, v.017, n.03, ano 07, dez.2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/07.017/1703>. Acesso em: 18 mai. 2025.

¹² Cepalino: termo usado para classificar estudos advindos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A CEPAL, por sua vez, foi criada em fevereiro de 1948 para colaborar com os governos latino-americanos no desenvolvimento econômico de seus países.

¹³ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão federal responsável legal por colocar em prática as ações que asseguram a oportunidade de acesso à propriedade de terra e atua na implantação dos assentamentos rurais.

no Brasil, o Governo Militar “[...] se utilizou de estratégia semelhante, ou seja, a colonização de um “vazio demográfico” através de uma ocupação sistematizada das margens de uma via de penetração.” Pinho *et al.* (2019) no contexto do Projeto Altamira executado pelo INCRA nos anos 1971.

Assim como no caso das VPR do PISF, as agrovilas do Projeto Altamira foram elaboradas e implantadas sob a égide de um grande evento de modificação e ordenação do território. Se, por um lado, os traçados urbanos são balizados pelas intenções do projeto de transposição, por outro, a temática era a construção de grandes vias de circulação, sendo a mais notável a Transamazônica¹⁴.

Por esse motivo, a presente subseção utiliza das fontes das abordagens morfológica e funcional para análise das agrovilas construídas pelo INCRA, os chamados Módulos de Colonização 01 (MOC 1) (Figura 9), como recurso comparativo para uma subseção subsequente que analisará a morfologia das VPR do PISF.

Segundo a leitura de Pinho *et al.* (2019), “Morfologicamente os planos das Agrovila e Agrópolis possuem um padrão único ligado a um zoneamento funcional”. A observação da Figura 9 permite concluir que a agrovila é organizada segundo a distribuição de vias primárias e secundárias que conformam quarteirões residências.

¹⁴ A Transamazônica, oficialmente conhecida como BR-230, é uma rodovia brasileira que foi projetada durante a Ditadura Militar no Brasil como parte de um esforço para integrar a região amazônica ao resto do país e promover o desenvolvimento econômico da área.

Figura 9 – Projeto MOC 1.



Fonte: INCRA.

Essa conformação em grelha, observada na Figura 9, gera uma relação de vizinhança entre os lotes com frentes voltadas para vias generosas para uma zona rural. Também é possível observar a definição de zonas destinada a usos coletivos, os bosques. Nessa zona de uso coletivo, implantaram-se equipamentos com desenho paisagístico e arquitetônico replicados.

Aparentemente, o projeto para os Módulos de Colonização (MOC) não levam em consideração as características de relevo ou cursos d'água para implantação dos MOC. O projeto prevê implantação em área plana e sem relação com o rio, já que, não há menção a topografias geográficas ou hidrológicas nos planos. Porém, prevê a ligação com as vias de circulação executadas pelo Projeto de Infraestrutura dos Militares.

2.4 VILAS PRODUTIVAS RURAIS DO PISF

2.4.1 Unidades habitacionais das VPR do PISF

O rural possui características de habitabilidade distintas do meio urbano. Os quintais produtivos, por exemplo, têm uma relação intrínseca como os espaços da casa e representam outros significados além do produtivo. São significados mais relacionados a aspectos de identidade, pertencimento e à dimensão das relações sociabilidade.

Longe de representar uma regra ou uma perspectiva totalizante da população rural, ou mesmo reforçar uma dicotomia com as dinâmicas e práticas do urbano, é fato que a maioria das famílias camponesas lidam com os espaços de forma diferente, mais próxima dos ambientes externos, relacionadas com os ciclos naturais, eventos culturais e arranjos comunitários de vizinhança. É nesses arranjos comunitários que são reforçados os meios de acumulação e reprodução de epistemologias próprias de cada comunidade.

Essas características sociais, ligadas às morfologias de traçados e habitações, têm sua importância relacionada a múltiplos fatores, dentre eles, a economia silenciosa das mulheres camponesas, além de funcionarem como elementos relacionados à territorialização e à perpetuação de saberes e valores culturais.

Dessa forma, os programas adequados das habitações precisariam considerar os modos de habitar e relacionar-se com os ambientes da casa e do terreiro, bem como, a importância de preservar os saberes e modos de vida dessa população com especial atenção às características de patrimônio cultural e identidades históricas.

No entanto, os chamados projeto-padrão (Figura 10) da unidade familiar, previstos em parte dos planejamentos destinados às VPR do PISF estabelecem um modelo de habitação familiar que, aparentemente, não prevê a relação com o limiar “casa-terreiro¹⁵” no projeto arquitetônico.

¹⁵ Casa-terreiro faz referência à relação indissociável dos espaços internos da casa e os ambientes externos destinados à produção agrícola, igualmente de produção de significados para as famílias camponesas no Brasil.

Figura 11 – Habitação padrão tipo 1 das VPR do PISF.



Fonte: Acervo NGPS/UNIVASF.

Figura 12 – Habitação padrão tipo 2 das VPR do PISF.



Fonte: Acervo NGPS/UNIVASF.

A configuração espacial e de programa dessas unidades habitacionais possuem características semelhantes aos projetos das casas projetadas no âmbito do MCMV¹⁶, que, embora por um lado represente historicamente a maior ação de habitação de interesse social, por outro, traz à tona alguns desafios, especialmente ligados à homogeneização e baixa adequação de habitabilidade das unidades.

O problema da homogeneização é inerente a projetos massificados para um modelo de família com pouca variação e alta reprodução, como são os casos do MCMV e das residências planejadas e executadas nas VPR. A baixa qualidade diz respeito não só à qualidade de execução ou materiais empregados, mas, sobretudo, à adequação dos processos de projeto e obra às características locais de clima, cultura construtiva e modos tradicionais e bio-adaptados de construir e habitar. O problema da habitabilidade, segundo Cardoso et al.(2020) relaciona-se

a esses requisitos (que garantiriam o morar com desfrute de saúde e bem-estar) com outros que garantiriam a dignidade humana. Dessa forma, a habitabilidade promoveria o pleno exercício do ato de morar, ampliando e melhorando, respectivamente, a qualidade do espaço e da vida. A relação entre o tamanho das famílias e o número de dormitórios nos empreendimentos do PMCMV chama atenção nesse viés de análise. (Cardoso *et al.*, 2020, p. 393).

Podemos observar no Quadro 4 a relação entre a elaboração dos projetos de habitação para as VPR do PISF ao contexto mais amplo de marcos institucionais para provisão de habitação de interesse social no Brasil.

¹⁶ MCMV – Minha Casa Minha Vida. Programa habitacional do governo brasileiro criado em 2019, temporariamente substituído entre 2021 e 2022 durante o período de exceção pós golpe de 2016 e retomado pelo governo Lula III em 2023.

Quadro 4 – Marco institucional recente para provisão de habitação no Brasil no âmbito federal.

MARCO INSTITUCIONAL	CONTEÚDO	ANO
Lei 10.257 Estatuto da Cidade	Normatizou a função social da cidade e da propriedade urbana, apresenta o direito à moradia como princípio do direito à cidade sustentável.	2001
Ministério das Cidades	Combater as desigualdades sociais com destaque para a ampliação do acesso à moradia pela população.	2003
Planejamento e execução do PISF	Programa de Integração do Rio São Francisco	Anos 2000 aos 2020
Política Nacional de Habitação (PNH) e Sistema Nacional de Habitação (SNH)	PNH - Propõe a universalização do acesso à moradia digna. SNH - Avalia e Monitora a Habitação, e o Plano Nacional de Habitação.	2004
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e Programa Crédito Solidário	Fomenta e apoia à produção autogestionária da habitação.	2004
Lei federal 11.124 Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).	Regulamenta a criação do SNHIS.	2005
Plano Nacional de Habitação (PlanHab)	Apresenta formas de atendimento habitacional adequadas a distintos contextos urbanos e regionais. Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).	2009
Lei 11.977/2009 também cria o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (PMCMV), criado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida para possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais uma boa moradia no meio rural, seja construindo uma nova casa ou reformando / ampliando / concluindo uma existente.	2009

Fonte: Nunes *et al.*, 2023, com base no relatório brasileiro para o *habitat*. ConCidades, IPEA, 2016.

Assim como no programa MCMV o reassentamento de populações do PISF também chama atenção no tamanho físico, bem como, na possibilidade de adequação as múltiplas configurações familiares. Conforme podemos observar na planta do projeto arquitetônico da figura 12, as plantas tipos do PBA-8 do PISF trazem apenas a configuração com três quartos, banheiros próximos da cozinha, pouca relação com os terreiros e dimensões que parecem incompatíveis com as dinâmicas das famílias envolvidas.

A escala de produção dessas habitações inevitavelmente corroborou para a homogeneização observada nessa produção arquitetônica. No entanto, importante observar as similaridades morfológicas em relação a projetos com inclinações político ideológicas contestáveis, a exemplo da produção arquitetônica das habitações do

BNDS.

Esse é um alerta claro de que, embora haja avanços nas políticas habitacionais, faz-se necessário apontar as similaridades para um posterior exercício de não reprodução de características formais que representem continuidades e similaridades em relação a processos tradicionais de planejamento.

Apesar dos problemas expostos, é preciso destacar que muitas famílias habitavam moradias ainda mais precárias e que assim como no caso das habitações construídas pelo MCMV, as edificações e equipamentos destinados às vilas no âmbito do PBA-8, representam melhoria nas condições de vida dessas pessoas. Contudo, não podemos permitir que esse discurso legitime a precariedade.

Sobretudo em situações de reassentamentos forçados, as populações têm o direito à moradia de qualidade e adequada, enquanto direito humano reconhecido em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmada pela Constituição Cidadã Brasileira de 1988.

A fim de superar os desafios da homogeneização/totalização e baixa habitabilidade, Nunes *et al.*(2023) apresentam o desempenho da aplicação do programa MCMVR¹⁷ para planejamento e melhoria de habitações rurais, executado de forma multidisciplinar, por meio de assessoria técnica e acesso a outras políticas públicas. De acordo com os autores:

Além do PAA e do PNAE, o PMCMVR se conecta com o Programa Luz Para Todos (PLPT), com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (PRONATEC Campo), com o Apoio à Infraestrutura em Territórios (PROINF), com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e outras ações de dinamização dos territórios. (Nunes *et al.*, 2023, p. 13).

As experiências apresentadas por Nunes *et al.*(2023) reforçam a importância da presença de ações de assistência técnica e participação efetiva das populações envolvidas nos processos de elaboração de planos de ações e projetos.

¹⁷ MCMV – Minha Casa Minha Vida Rural – O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) foi criado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), através da Lei 11.977/2009, como ação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) de 2008.

2.4.2 Projetos Urbanísticos das VPR do PISF

O Programa de reassentamento das populações atingidas pelas obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) construiu dezoito Vilas Produtivas Rurais (VPR), fisicamente caracterizadas pelo traçado regular, demarcação de lotes agricultáveis, construção de unidades habitacionais padrão e implantação de infraestruturas de uso coletivo.

No processo, optou-se pelo assentamento com tipologia urbana, malha viária básica e projetos-padrão para construção de infraestrutura, donde emerge uma questão: a aparente impossibilidade de uma matriz urbanística urbana e um conjunto de projetos arquitetônicos-tipo serem capazes de abrigar a diversidade de práticas e vivências da população reassentada.

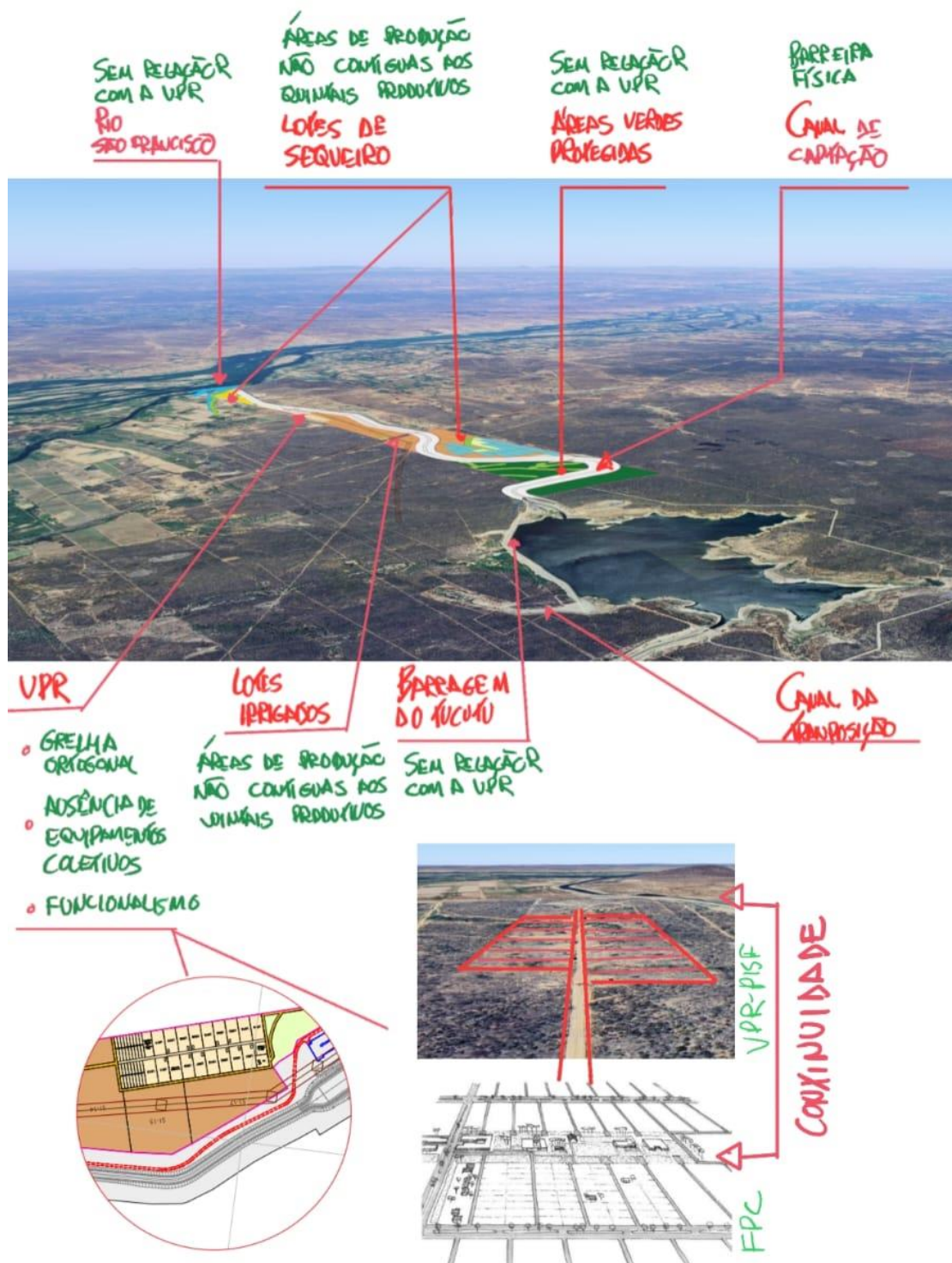
Conforme identificado nas análises morfológicas apresentadas nas demais subseções, a homogeneização é um recurso urbanístico utilizado com intencionalidade. A homogeneização facilita a padronização de funções, equipamento e traçados e, com esses recursos, consegue direcionar as dinâmicas de organização social nos novos territórios.

Mesmo com a diversidade das populações ao longo dos dois eixos da transposição (que cortam inicialmente três estados), os princípios adotados para os planejamentos dos arranjos gerais das VPR seguem a mesma lógica morfológica das demais experiências abordadas por esta seção – destinadas à produção agrícola.

Nas Figuras 13 a 15, as sobreposições entre os arranjos gerais e as ortofotos¹⁸ do entrono das VPR ilustram como as intenções do projeto político (materializado nos projetos urbanísticos) se distinguem pouco em relação ao histórico brasileiro de intervenções no território.

¹⁸ Ortofoto é uma imagem georreferenciada (ou seja, com coordenadas geográficas definidas) de uma determinada área sem distorções.

Figura 16 – Inserções gráficas realizadas pela autora (2025) em sobre perspectiva da VPR Captação-PE extraída do Google Earth.



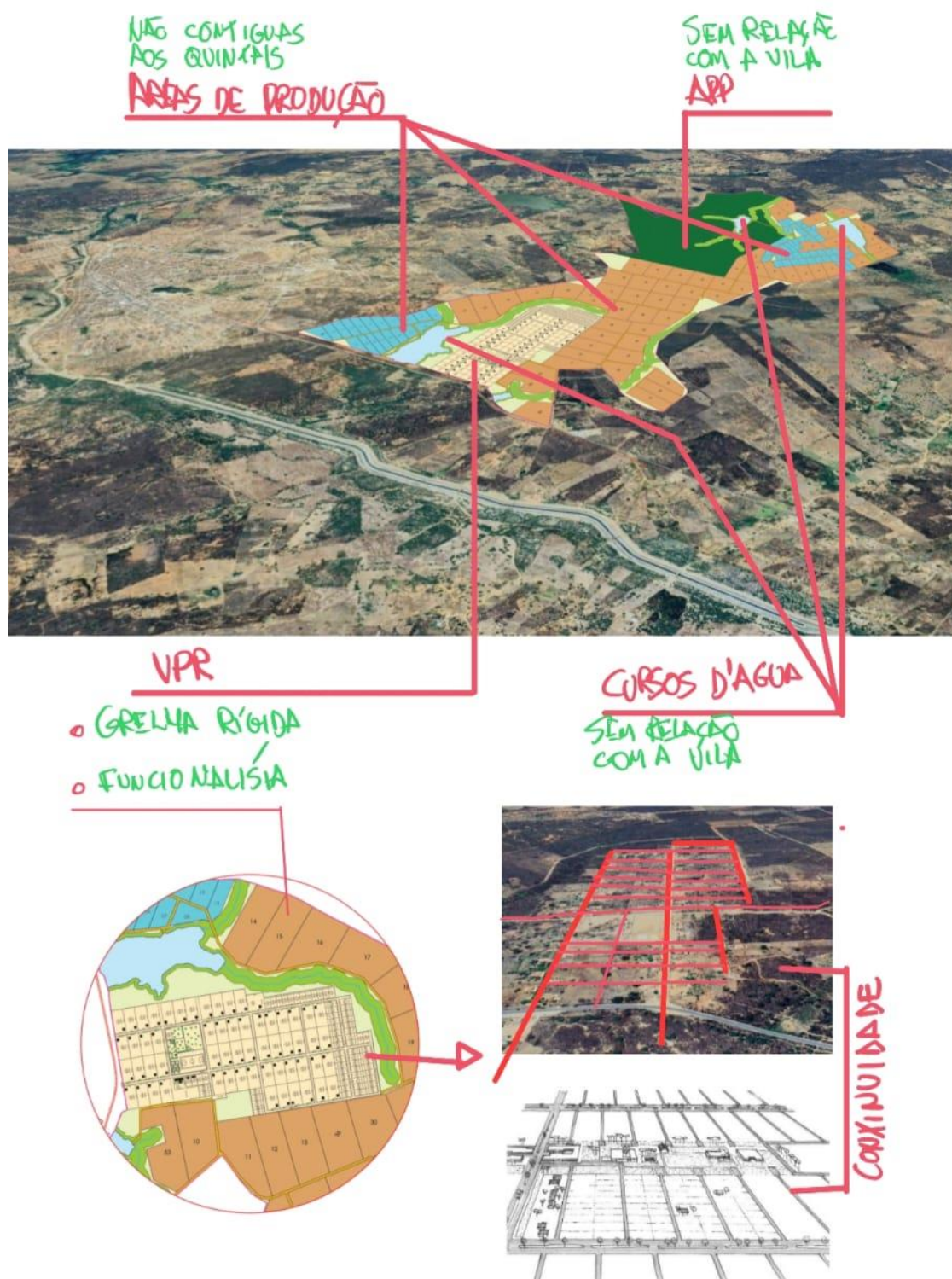
Fonte: elaborada pela autora.

Figura 17 – Inserções gráficas realizadas pela autora (2025) em sobre perspectiva da VPR Queimada Grande-PE extraída do Google Earth.



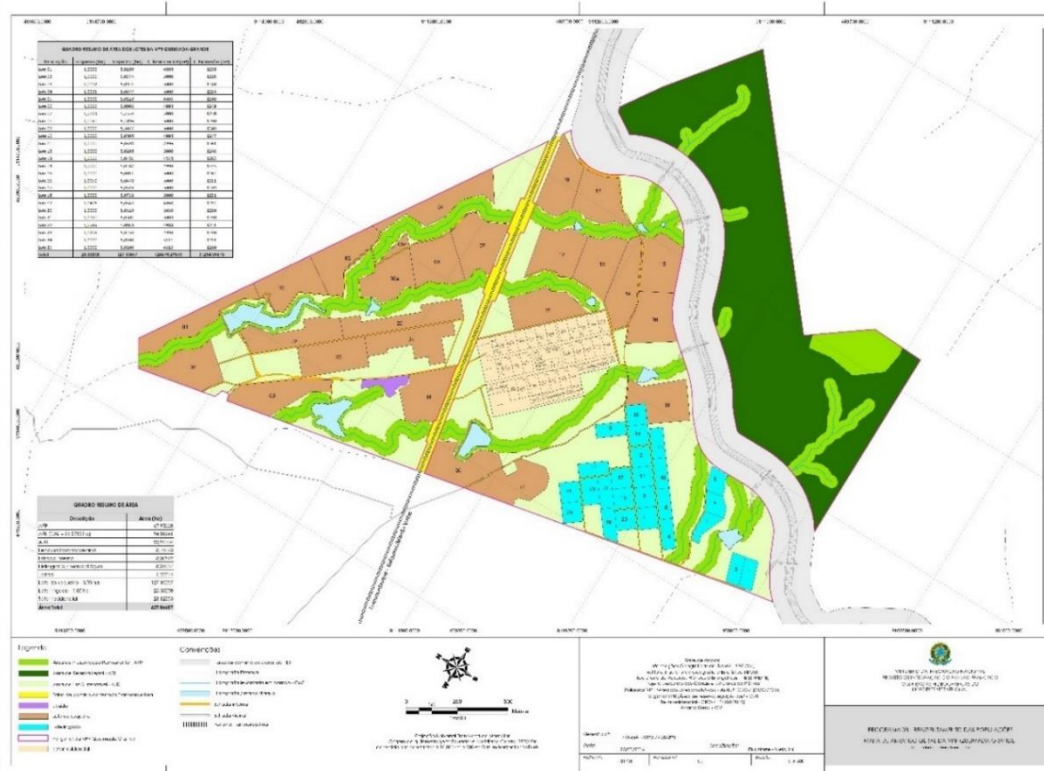
Fonte: elaborada pela autora.

Figura 18 – Inserções gráficas realizadas pela autora (2025) em sobre perspectiva da VPR Lafayette-PB extraída do Google Earth.



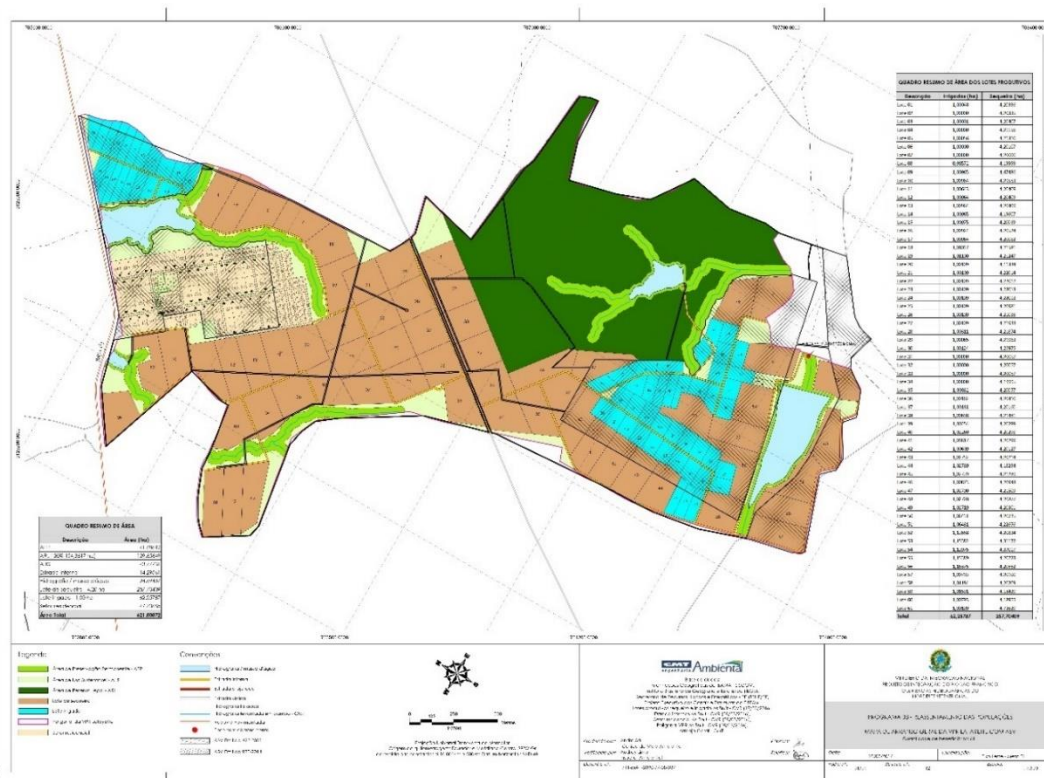
Fonte: elaborada pela autora.

Figura 20 – Arranjo Geral - VPR Queimada Grande-PE.



Fonte: Acervo NGPS.

Figura 21 – Arranjo Geral - VPR Captação-PE.



Fonte: Acervo NGPS.

3 SEGUNDA FASE DO PBA-8: PDS E A LEGITIMAÇÃO DE DISCURSOS OFICIAIS

Esta seção analisa o que chamamos de segunda fase de execução do Programa de Reassentamento de Populações do PISF (PBA-8). Na segunda fase, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MIDR) contratou a empresa *CMT Engenharia Ltda.* como gestora ambiental do contrato 23/2009-MI, que tinha como finalidade executar o acompanhamento de medidas estabelecidas durante o processo de licenciamento da obra.

Em decorrência das condicionantes para o licenciamento da obra, a entidade fiscalizadora (IBAMA) estabeleceu Planos e Programas Ambientais definidos no Projeto Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). A empresa *CMT Engenharia Ltda.*, por sua vez, contratou outras empresas para atribuições das respectivas finalidades, conforme Quadro 3, apresentado na subseção 2.4.

Os PDS são textos destinados a cada uma das vilas que compõe os planos para ações de assessoria técnica e extensão rural focado nas VPR do PISF. Esses planos visam traçar diretrizes para ações com foco na reinserção social e produtiva das famílias reassentadas pelo PBA-8.

Os textos, portanto, norteiam o que seria a assessoria e a assistência técnica recebida pelas famílias a serem reassentadas nas VPR, a fim de cumprir o objetivo determinado no âmbito do PBA-8, a reinserção social e produtiva.

Esta seção busca demonstrar que as diretrizes para realização de assistência técnica nas vilas do PISF têm foco na produção. Desse modo, a prioridade no processo estudado versa mais sobre a conversão de camponeses em trabalhadores rurais do que no sentido da mitigação de impactos sociais.

Por esse motivo, a análise textual torna-se relevante para este estudo na medida em que, os planos, do mesmo modo que os traçados urbanos estudados na seção anterior, representam instrumentos diferentes, porém inseridos no mesmo processo de planejamento territorial.

Para o caso da escrita dos PDS das VPR do PISF, o contexto direciona para a possível existência de relação entre o planejamento territorial e a legitimação dos discursos oficiais do estado. Essa intenção corrobora o pensamento de Oliveira (2003) sobre o planejamento territorial brasileiro, utilizado nesta pesquisa como chave

analítica de estudo.

Nesse sentido, a seção é dedicada à análise dos Planos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS), que são documentos com elaboração gerida pela empresa *CMT Engenharia Ltda.* e que são submetidos à entidade fiscalizadora (IBAMA) das condicionantes ambientais estabelecidas durante processo de licenciamento de obra.

Para a pesquisa documental definiu-se o recorte de três VPR, do total de dezoito, por serem as vilas com maior recorrência de descrição nos relatórios técnicos da PREDIR (Linha de Pesquisa em Edificações Rurais do NGPS/UNIVASF). Os Planos Básicos Ambientais analisados correspondem ao recorte espacial das VPR: Captação-PE e Queimada Grande-PE (eixo Norte) e, ainda, Lafayette-PB (eixo Leste).

Para tanto, o trabalho lança mão de fundamentos teórico-metodológicos de análise textual e de métodos de tratamento automático de *corpus* textual, a partir de cálculos estatísticos, a chamada lexicometria. Por sua aproximação com a abordagem de conteúdo, Sousa (2024) define que lexicometria ou lexometria,

pode ser caracterizada como uma estratégia que aplica métodos quantitativos (estatística descritiva e inferencial) a dados qualitativos (textos) com o objetivo de realizar observações sobre as características de um conjunto de comunicações. (Sousa, 2024, p. 1543).

As aproximações entre a análise textual automática (CAQDAS¹⁹) e a análise crítica de conteúdo, que fundamenta a construção teórico-metodológica deste capítulo, não podem resultar na substituição de uma abordagem em detrimento de outra. As análises textuais automáticas, resultantes da utilização do *Iramuteq*²⁰, foram utilizadas neste trabalho como elementos adicionais para a leitura crítica dos documentos estudados.

A preparação dos textos para a análise textual deu-se por meio da elaboração do *corpus* textual²¹. Essa etapa de elaboração do corpo textual utilizado na análise foi fundamental para reorganizar os PSD em estruturas hápax²², que são as estruturas

¹⁹ CADAS - *Computer Aided Qualitative Data Analysis Software* – é a nomenclatura que classifica a utilização de *softwares* computacionais para a realização de interpretações textuais.

²⁰ IRaMuTeQ - *Iramuteq – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* – é um *software* livre ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Foi desenvolvido pelo Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales da Universidade de Toulouse (LERASS).

²¹ *Corpus* textual é um conjunto de textos adotados pelo usuário para construir o banco de dados utilizado pela maioria dos métodos disponíveis pelos *softwares* de análise textual.

²² Hápax são formas gramaticais, ou vocabulários, passíveis de serem utilizadas em cálculos estatísticos por *softwares* de análises.

gramaticais consideradas relevantes para interpretação dos textos.

Para a interpretação dos dados, após a preparação do *copus textual* e aplicação dos métodos de análise estatística, utilizou-se o software de código aberto *Iramuteq*. Por se tratar de um programa baseado em código aberto, o *Iramuteq* pode ser utilizado livremente em pesquisas acadêmicas.

Segundo Sousa (2024), o *software* aplica diferentes métodos de análise, que “buscam identificar relações entre as palavras e o seu grau de ‘vizinhança’ com diferentes textos ou partes de um texto”. Dentre as ferramentas disponíveis no programa para a realização de investigação textual qualitativa, destacaram-se algumas ferramentas possíveis em função da aplicabilidade aos problemas deste trabalho. As ferramentas selecionadas resultaram por sua vez nas respectivas subseções:

- Classificação Hierárquica Descendente (CHD), subseção 3.1;
- Análise de Similitude, subseção 3.2;
- Análise Fatorial por correspondência (AFC), subseção 3.3.

Os resultados gerados pelo programa, somados à leitura crítica dos documentos, permitiram a realização de algumas análises apresentadas a seguir.

3.1 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE (CHD)

O método de Análise de Especificidades é aplicável quando se tem a necessidade de construir uma análise com foco em como os diversos temas abordados no objeto textual se agrupam e não necessariamente na ocorrência de repetições de termos.

O agrupamento é também chamado categorização e acontece por meio de cálculos estatísticos sem interferência da pesquisadora. No entanto, o resultado da análise realizada pelo *Iramuteq* foi posteriormente interpretado e comparado à análise realizada durante a leitura crítica dos PDS.

Para o caso dos PDS, a leitura crítica prévia ao lado da contextualização do documento apontava que o plano era construído com base no planejamento das ações de assessoria técnica com foco na produção agrícola. Dessa forma, utilizar o método de análise de especificidades poderia informar se as interações em torno de alguns temas observadas durante a leitura também poderiam ser identificadas nos agrupamentos com base nos cálculos realizados pelo *Iramuteq*. Os agrupamentos,

denominado *cluster* são, portanto, partições do texto agrupadas com base na intensidade de interação entre os textos.

Para expressar graficamente a partição dos PDS em *cluster* foi necessário, a partir do método de Análise de Especificidades, realizar Classificação Hierárquica Descendente (CHD), ou método de *Reinert*²³. Segundo Sousa (2021), “além de oposições estruturantes, a representação gráfica permite visualizar relações de ‘vizinhança’ entre variáveis e formas que compõem um *corpus* textual.”.

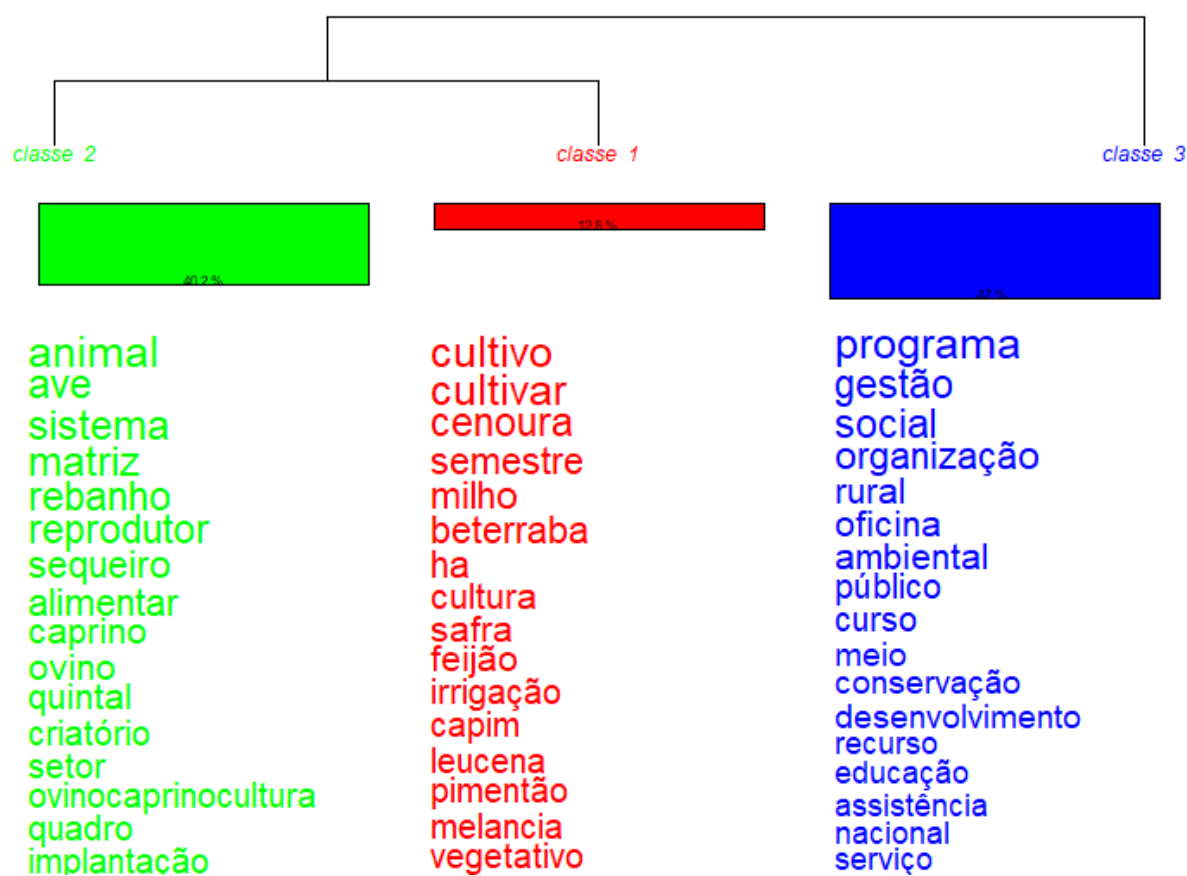
Do total de dezoito documentos PDS, de elaboração gerida pela *CMT Engenharia Ltda.*, selecionamos as três, que por sua vez representa o número mínimo de *subcorpus* que a CHD pode ser aplicado. O dendrograma (Figura 23) construído com base na CHD das três categorias (PDS) analisadas sugere que os PDS são estruturados em três grupos lexicais.

As figuras 22 e 23 expressam os resultados por meio de dendrograma da aplicação do método CHD, a partir da análise do PDSs da VPR Captação-PE, Queimada Grande-PE e Laffayette-PB. O dendrograma gerado possui três classes, podendo ser lidas no sentido da esquerda para a direita.

Cada classe é agrupada segundo a aproximação ou distanciamento do chamado “sentido lexical”, ou seja, grupos semânticos. A classe predominante é a “Classe 3” (azul), com 47%, que trata de termos relacionados à extensão; seguido da “Classe 1” (verde), com 42%, que trata da produção pecuária, e da “Classe 2” (vermelho), que trata da produção agrícola, com 12,8% que trata da produção agropecuária. Somadas, as classes representam aproximadamente 100% de índice de retenção do texto.

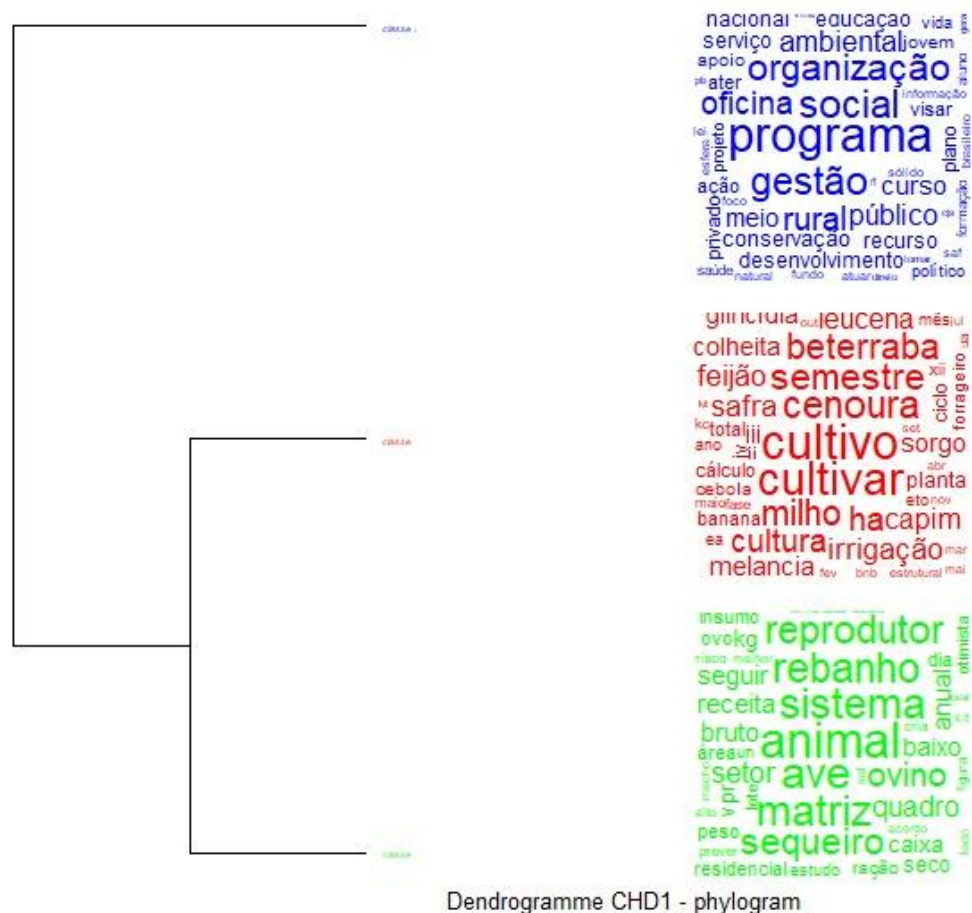
²³ O método de Reinert fundamenta-se no algoritmo base do *software* Alceste.

Figura 22 – Dendograma gerado a partir do método CHD da categorização global gerado pelo software Iramuteq.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 23 – Dendrograma gerado a partir do método CHD da categorização global gerado pelo software Iramuteq.



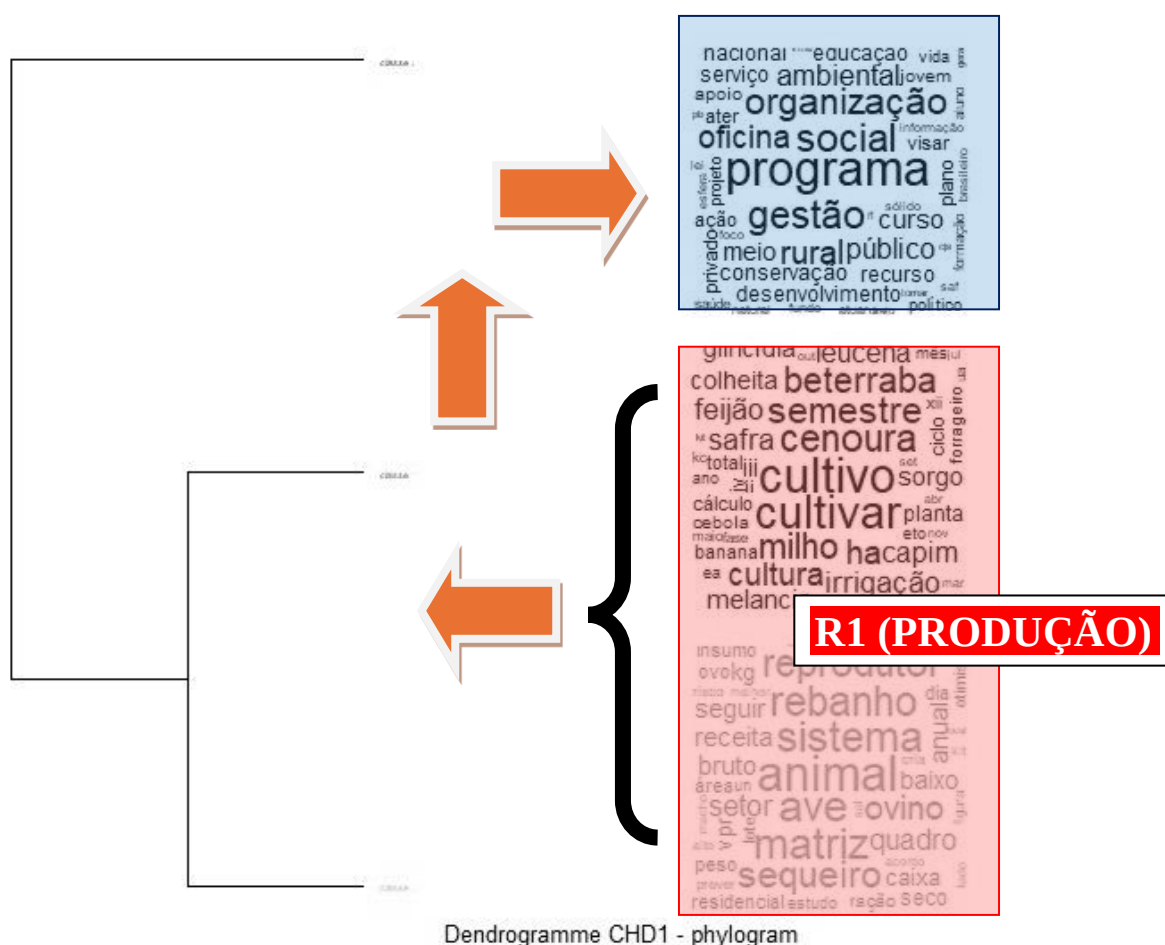
Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar no dendrograma que o grupo indicado pela cor verde traz palavras acerca do tema de produção pecuária (a exemplo de “sistema”, “reprodutor”, “matriz” e “rebanho”). Já o cluster na cor vermelha é conformado por termos também com sentidos lexicais relacionados à produção, porém produção agrícola (a exemplo de “cultivo”, “cultivar”, “beterraba” e “milho”).

Temos, portanto, dois grupos (cor verde e vermelho) que, por meio dos elementos gráficos do dendrograma, se relacionam com um grau de vizinhança mais próximo semanticamente. Para fins de ilustração, chamaremos essa “R1 (produção)” (Figura 24).

O agrupamento de palavras representado na figura pela cor azul indica um cluster com semântica relacionada ao planejamento de ações ATER (como pode ser demonstrado nos termos “programa”, “organização”, “oficina”, “gestão”, “social” e “rural”).

Figura 24 – Inserções gráficas em Dendrograma das classes fornecidas pelo software Iramuteq a partir do método de Classificação Hierárquica Descendente, Juazeiro, Bahia, 2015.



Fonte: elaborado pela autora.

Entendendo que, no método de *Reinert*, os agrupamentos correspondem a tendências, é possível concluir que o dendrograma indica, por meio das ligações, que o texto se estrutura por meio da relação das tendências de produção agrícola e pecuária, e que essa relação se liga ao cluster correspondente ao agrupamento lexical acerca do tema de ATER.

Dessa forma, podemos intuir que há fortes indícios (segundo as análises lexicais) de que as ações de ATER são estruturadas em função das temáticas relacionadas à produção agrícola em detrimento das dimensões de territorialização, pertencimento ou práticas de organização e fortalecimento de arranjos comunitários.

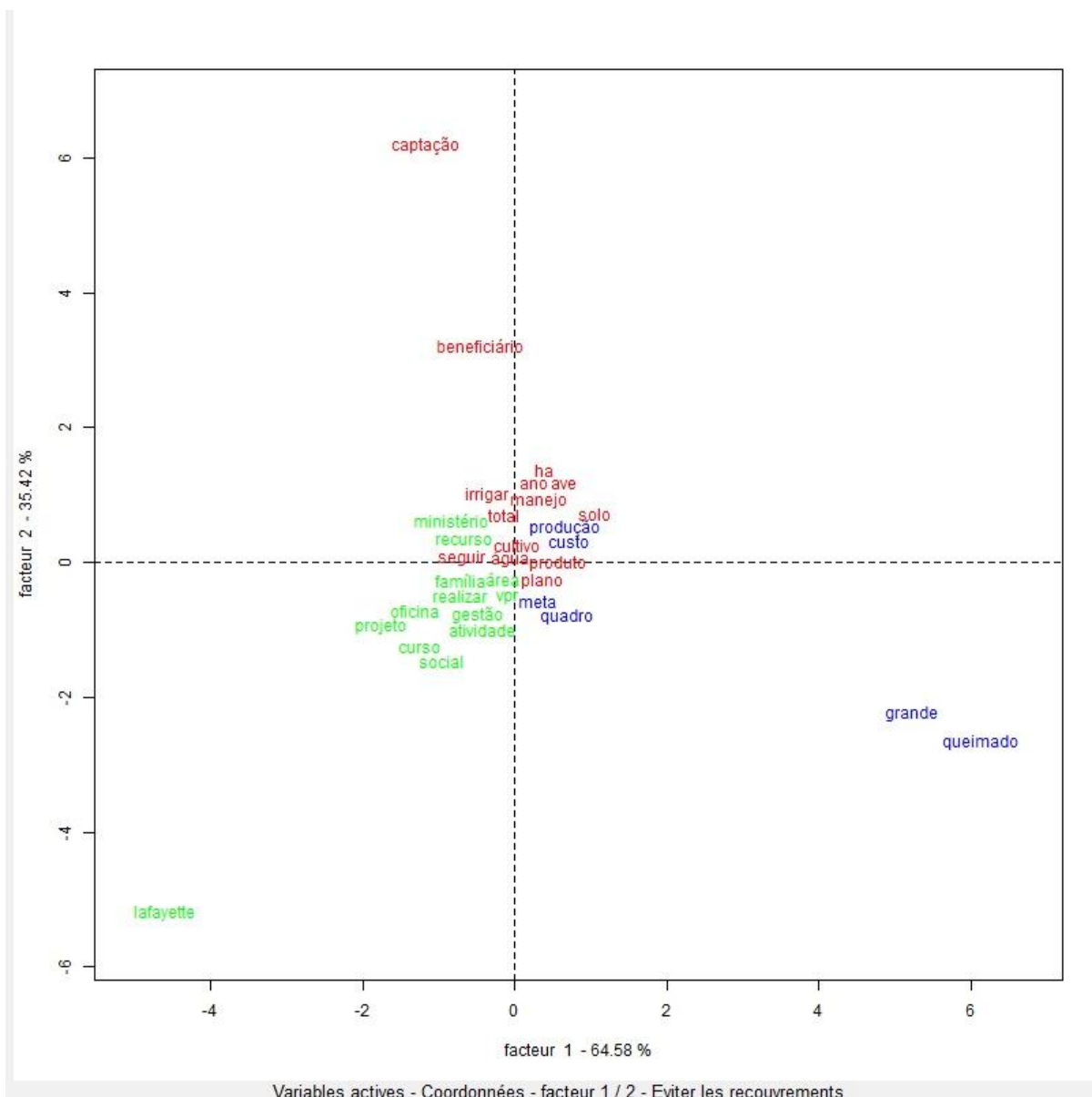
3.1 ANÁLISE FATORIAL POR CORRESPONDÊNCIA (AFC)

A Análise Fatorial por Correspondência (AFC) é resultado dos testes qui-quadrado (χ^2) realizado para verificar os agrupamentos realizados durante a aplicação do método de Análise de Especificidades. Com a AFC é possível gerar um gráfico de coordenadas (x, y) chamado plano Fatorial. Nessa subseção, analisaremos o plano fatorial resultado da análise do *corpus* textual definido anteriormente.

No resultado expressado graficamente pelo diagrama da Análise Fatorial De Correspondência (Figuras 25 e 26) podemos observar no plano fatorial que os únicos termos que se distanciam graficamente do centro são os nomes das VPR para os quais os programas foram elaborados (“Captação” “Lafayette” e “Queimada Grande”).

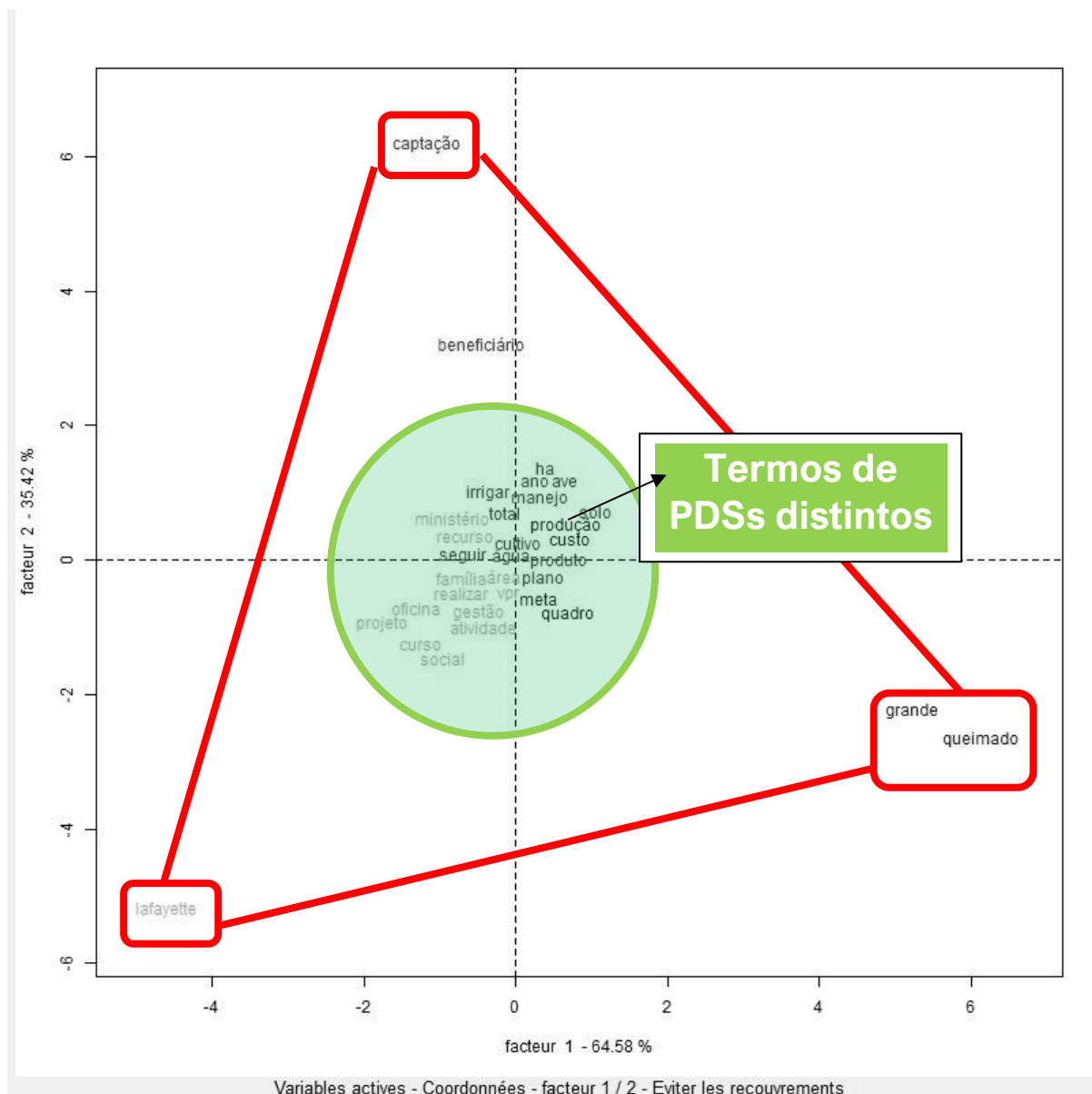
Embora cada cor (vermelho, azul e verde) corresponda a seu respectivo PDS, os termos dos textos – sendo o termo “água” com menor dispersão entre os três *corpora* – permanecem próximos lexicalmente mesmo sendo provenientes de *corpora* textuais distintos.

Figura 25 – AFC produzida por meio da utilização do software Iramuteq.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 26 – Inserções gráficas realizadas em AFC produzida por meio da utilização do software Iramuteq.



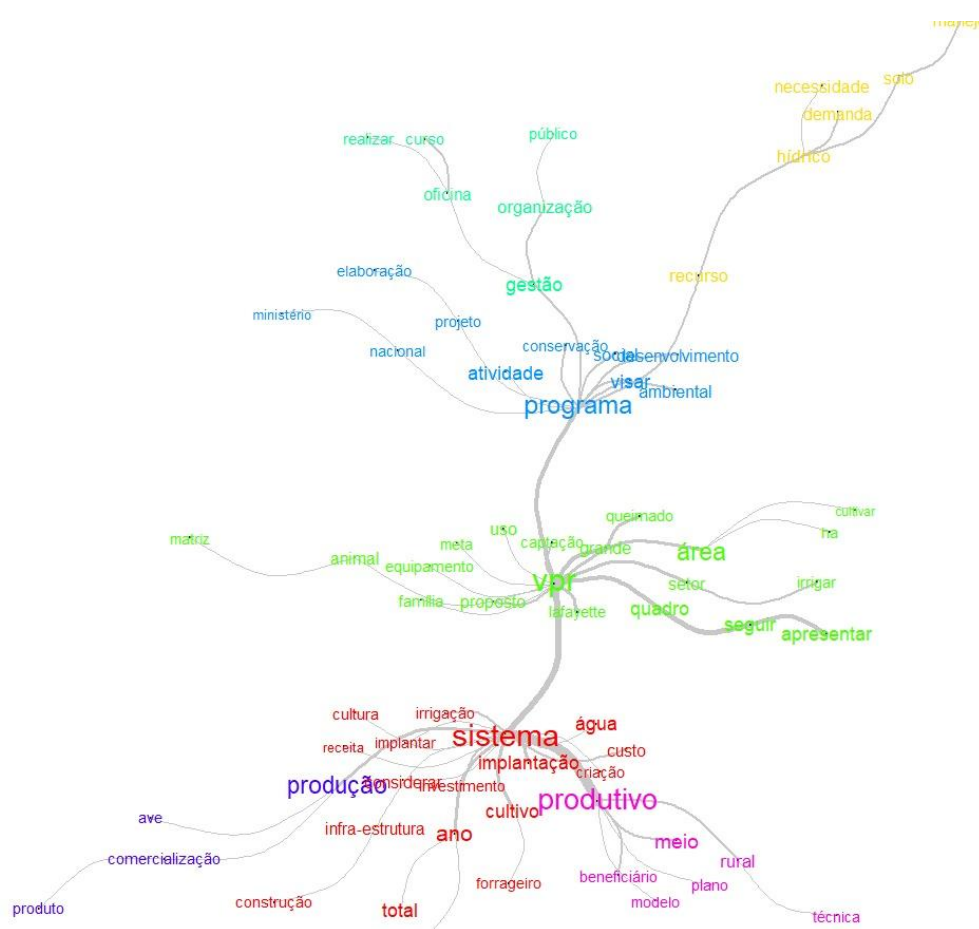
Fonte: elaborado pela autora.

O distanciamento gráfico somente para nomes próprios (VPR) e aproximação gráfica para os demais termos provavelmente indica que há uma semelhança em como as palavras se relacionam nos textos dos três planos. O que, por sua vez, pode revelar certa homogeneidade dos programas e pouca especificidade em relação às características de cada vila.

3.2 ANÁLISE DE SIMILITUDE

O método de Análise de Similitude também pode ser utilizado para demonstrar por meio de gráficos a estrutura lexical de um objeto textual. No caso do objeto estudado (PDS selecionados dentre os planos realizados na segunda fase do PBA-8), a Figura 27 representa graficamente os resultados encontrados.

Figura 27 – Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.



Fonte: elaborado pela autora.

No método da Análise de Similitude “as palavras constituem os vértices e as arestas representam a relação entre elas” (Sousa, 2021), de modo que quanto maior for a co-ocorrência lexical mais acentuada é a representação das arestas (ou ligações). Para a Figura 28, adicionou-se, ainda, a utilização, por meio de recurso do

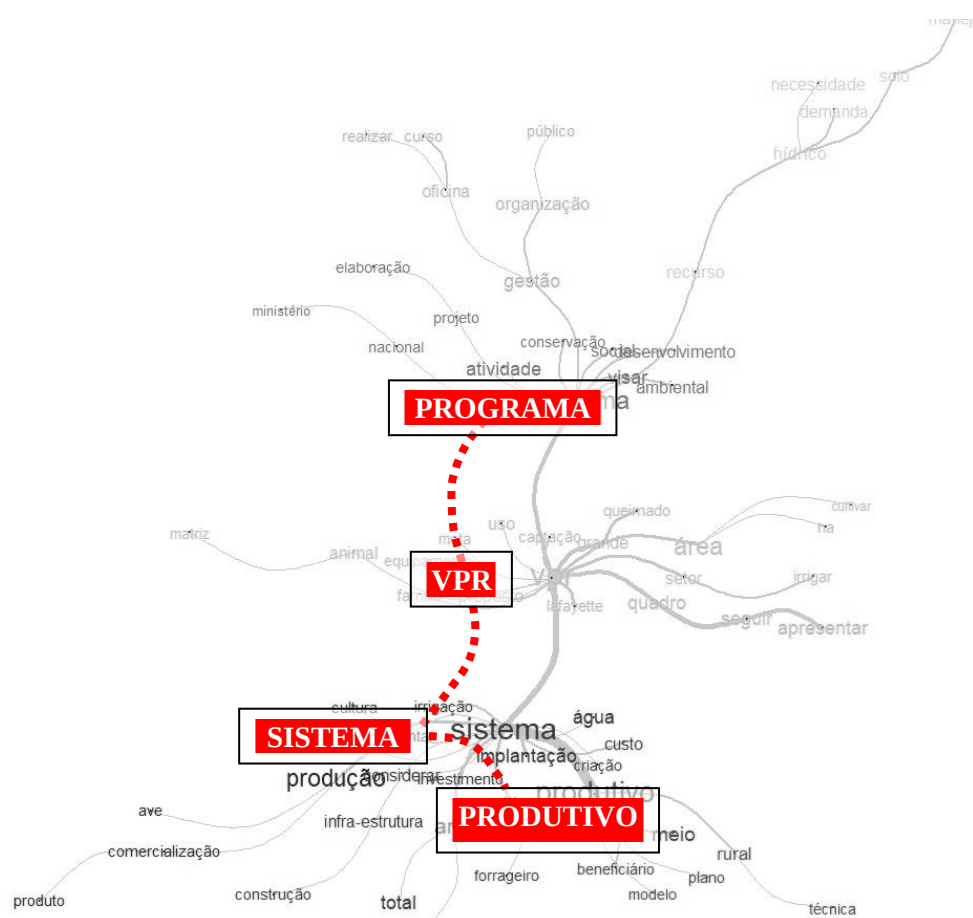
programa *Iramuteq*, a sobreposição das formações de cluster identificadas por meio do método de Análise de Especificidades.

Na Figura 28, identificamos as arestas mais acentuadas, que, por sua vez, representam as relações semânticas mais frequentes entre termos. Podemos observar que a relação entre os diversos blocos semânticos dos textos se dá por meio do intermédio dos vértices (que são termos mais frequentes), representados na figura pelas palavras “VPR”, “Programa”, “Sistema” e “Produtivo”.

A partir da ilustração simplificada (Figura 28) podemos perceber o grupo articulado por meio da palavra “VPR” se relaciona com “Programa” e por consequência com outros termos como: “nacional”, “ministério”, “gestão”, “Público” e “demanda hídrica”, dentre outros. Essa relação faz sentido se pensarmos no caráter da intervenção de reassentamento.

Por outro lado, a relação forte entre os termos “VPR” e “Sistema”, “Produtivo”, demonstra, mais uma vez (assim como na subseção anterior), o foco que os PBA conferem à produção agrícola.

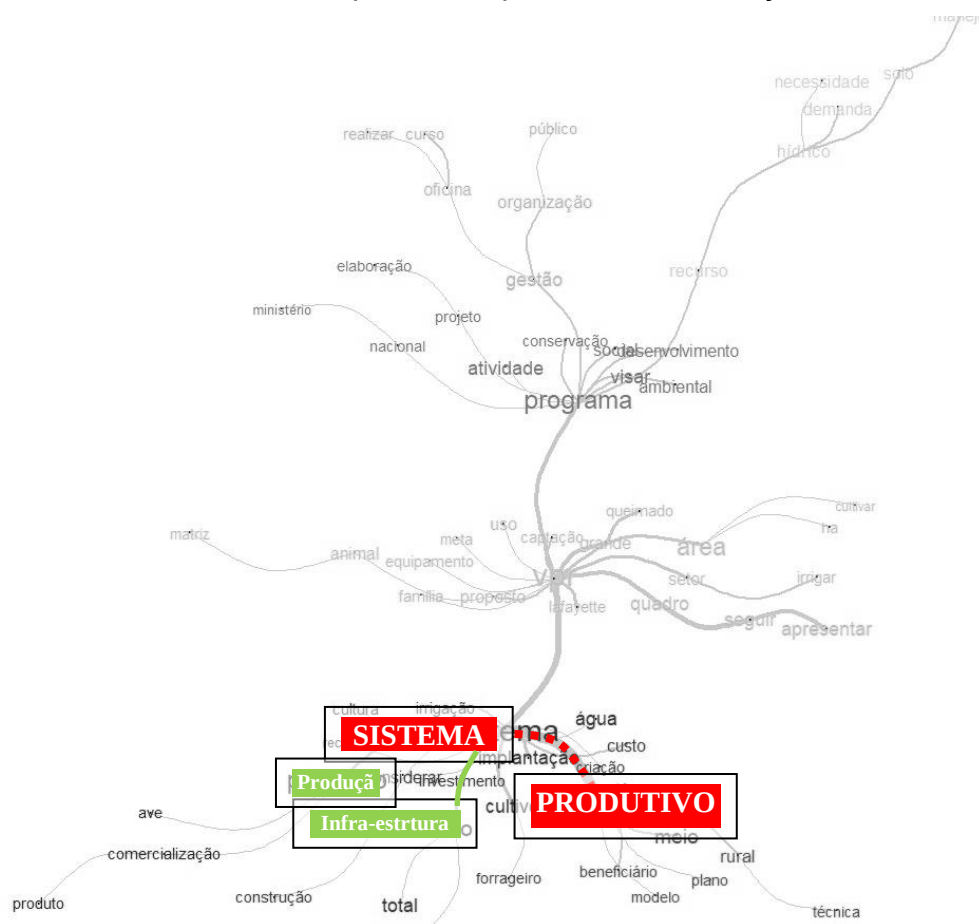
Figura 28 – Inserções gráficas realizadas em modelo obtido por meio do método de Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.



Fonte: elaborado pela autora.

Outra interpretação possível observada com o auxílio das inserções demonstradas na Figura 29 é o fato de que graficamente a palavra "Infraestrutura" possui seu sentido semântico relacionado com o termo "sistema", que, por sua vez, mantém acentuada co-ocorrência lexical com "produtivo" e "produção". Essa correlação indica que a infraestrutura pensada para as vilas (habitações e edificações de uso coletivo) podem relacionar-se mais com a lógica de produção.

Figura 29 – Inserções gráficas realizadas em modelo obtido por meio do método de Análise de Similitude produzida por meio da utilização do software Iramuteq.



Fonte: elaborado pela autora.

Por outro lado, as inserções gráficas no grafo da Figura 30 indicam que os termos “elaboração” e “projeto” não possuem co-ocorrências lexicais significativas com “Beneficiário”. Isso pode indicar que os PDS relacionam fortemente a infraestrutura aos sistemas de produção, mas que não sugerem uma ligação direta entre os processos de elaboração e as definições de projeto com a população beneficiária.

reassentamentos realizam-se no Brasil, fornecem a este trabalho pistas, ou bases, para sugerir processos distintos e mais distantes da lógica hegemônica de assistência e assessorias. Para tanto, o próximo capítulo será dedicado à construção de uma proposta metodológica focada nas formas de planejar ações coletivas de processos de planejamento para comunidades afetadas por expulsões.

A proposta a ser apresentada tentará distanciar-se da ideia de mitigação para, por meio de metodologias mais abertas aos saberes e contribuições das próprias comunidades, construir alternativas que melhor respondam aos contextos de violência a elas impostas. A proposta constitui-se, então, como uma tentativa de expor a necessidade de romper continuidades por meio de respostas as pistas identificadas durante a pesquisa.

Ao mesmo tempo, o próximo capítulo aproxima-se de referências outras de ações de assessoria técnica participativas e politicamente engajadas em territórios populares. Essas iniciativas mais concentradas nas periferias urbanas podem apresentar práticas úteis à construção de alternativas para assessorias em contexto pós-reassentamentos são, portanto, pistas as quais a proposta se aproxima.

4 INUNDAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA

O movimento socioterritorial que culminou na migração e consequente aglomeração da população brasileira em grandes centros seguiu um modelo de desenvolvimento urbano que exclui a maior parte da população de condições básicas de cidade. As chamadas periferias urbanas são espaços da cidade sem regulação urbana e com poucos investimentos públicos. Segundo, Raquel Rolnik (2022), o aparente “caos urbano” que se materializa por meio da fragmentação e ausência de investimentos, ao fim e ao cabo, também é planejamento.

Os territórios destinados ao reassentamento forçado de populações – a exemplo das vilas do PISF – por serem territórios regulados, executados mediante investimentos públicos e com rigidez nos desenhos urbanos, apresentam distinção formal em relação às periferias urbanas. No entanto, as vilas de reassentamento embora não apresentem (espacialmente) o chamado “caos urbano”, obedecem à mesma lógica de planejamento das periferias urbanas.

Em ambos os modos de produção de cidade – grandes centros ou vilas para reassentamento forçado de populações – as características do lugar ocupado atendem as divisões de trabalho e interesses de mercado. Se por um lado o “caos urbanos” (Rolnik, 2022) garante a mão-de-obra do trabalho informal nas grandes cidades, por outro, os reassentamentos produzem espaços úteis ao avanço das fronteiras agrícolas por meio das narrativas da ocupação dos chamados vazios territoriais (vide seções 2 e 3 deste trabalho).

Em outras palavras, os processos de planejamento urbano e territorial dificultam o acesso a direitos e autonomia política para essas populações em detrimento da expropriação da classe trabalhadora seja nas grandes cidades ou nas novas áreas de produção agrícola produzidas pelo estado. Em ambos os casos, caos ou ordenamento rígido, o planejamento territorial segue a tônica das perspectivas de reprodução e acumulação de capital (Rosa Luxemburgo, 1985).

Embora distintos do ponto de vista geográfico e formal, as populações constituem-se, portanto, como periferias em relação ao acesso aos direitos. Por esse motivo, o estudo dos métodos e modos de atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo em periferias é indissociável de uma análise socioeconômica de país.

É com base nessa perspectiva de correção das discrepâncias socioeconômicas

produzidas e vividas nos territórios, que insurgem práticas de Arquitetura e Urbanismo sociais contra hegemônicas. Daniel M. Carneiro (2018) destaca as ondas de espraiamento dessas práticas a partir da aproximação com saberes e práticas tradicionais em processos politicamente engajados de elaboração coletiva de projetos urbanísticos e arquitetônicos em movimentos de reivindicação por moradia digna e direitos básicos das populações periféricas.

Paralelo a esses movimentos nas periferias urbanas, a construção freiriana de comunicação dialógica (Freire, 2001), e seus rebatimentos teórico-práticos, provocam debates a partir dos anos 1960 sobre questões relacionadas à importância da educação do campo, à luta pela terra e à emancipação política em periferias rurais.

Mais recentemente, e em total consonância com a filosofia freiriana,

emerge uma análise do processo de reprodução social reconhecida como o Bem Viver. (...) que pretende abarcar a multiplicidade de saberes, de conhecimentos, são apresentados e incorporados elementos que permitem uma percepção não homogeneizada da vida das pessoas. (Costa; Kuhn, 2019, p. 49)

A prática profissional de Arquitetura e Urbanismo, sob a luz da corrente de pensamento do Bem Viver, pode (e deve) atuar como dispositivo de mobilização social em comunidades rurais. O Bem Viver, para além da dimensão conceitual, é também uma proposição de novas ontologias de pensamento. Nesse sentido, a prática de arquitetura situada em novas formas de pensar o mundo necessitam também de certo alargamento das práticas tradicionais de atuação.

O livro *Partilhas Emergentes: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate*” (Rosa; Linhares; Mettig, 2022) reúne experiências de Arquitetura e Urbanismo em territórios populares, comprometidas com esse alargamento da prática profissional e, por esse motivo, trouxe importantes contribuições para este trabalho.

As experiências relatadas no livro aproximam as assessorias técnicas de Arquitetura e Urbanismo de uma perspectiva de prática alargada, não elitista, focada na reivindicação de direitos e no aumento de participação popular nos processos de planejamento de territórios populares.

Experiências insurgentes de ações e formações de redes de assistência constituem-se como casos referenciais da onda de espraiamento de práticas alargadas, inseridas no contexto recente de surgimento de residências universitárias em assessoria técnica nas faculdades de arquitetura, da lei de ATHIS e do Programa

“Periferia Viva”, entre outros eventos políticos.

Contudo, ao mesmo tempo em que essa rede de atuação se estrutura e se articula por meio das ações e políticas públicas voltadas para assessoria e assistência em territórios populares, há também o esforço para analisar e debater essas políticas. Afinal, enfrentamos, ainda, alguns desafios como: a precariedades dos projetos e execuções, além da baixa participação social. Foi o caso dos programas sociais de habitação, a exemplo do MCMV, que “foi utilizado para remoção de comunidades mais pobres, localizadas em área de interesse imobiliário.” (Santo Amore, 2018).

O desafio do interesse imobiliário foi evidente também no caso da agenda da Lei federal 11.888/08 (ATHIS), que vem sendo sequestrada pelo interesse de mercado ou “institucionalizada pelas pautas de interesse das entidades, em especial o CAU²⁴. O tema tem ganhado força com estímulo ao empreendedorismo social e a um modelo de negócio social no âmbito profissional” (Velasco, 2023).

Para Santo Amore (2018), sobre os desafios para as práticas políticas de assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo, “não foram criadas políticas habitacionais de extensão nacional. Não há dúvidas de que o avanço do projeto neoliberal teve papel fundamental [...] deixando nas mãos do mercado a definição dos rumos do desenvolvimento nacional”.

Nesse ponto de vista, embora haja iniciativas insurgentes em Arquitetura e Urbanismo social e conquistas sociais no campo do direito à cidade – a exemplo da lei de ATHIS, MCMV e, mais recentemente, do Programa Periferia Viva – faz-se necessário o surgimento de políticas nacionais de vigilância para que essas políticas não sejam sequestradas pelo desenvolvimentismo. O Quadro 5, a seguir, organiza os marcos legais da assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo, a fim de situar as elaborações dessa dissertação.

²⁴ CAU - O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das Unidades da Federação (CAU/UF) foram criados pela Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010 e regula o exercício da profissão no país, e fundados em 15 de dezembro de 2011.

Quadro 5 – Marcos institucionais para a assistência e assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

MARCO INSTITUCIONAL	CONTEÚDO	ANO
Fundação de Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)	O IAB tornou-se uma das principais entidades representativas da categoria, promovendo a discussão sobre o papel social da arquitetura e a assistência técnica.	1933
Surgimento das primeiras experiências de assessorias técnicas universitárias	Início da articulação entre universidades e movimentos sociais, com foco em habitação popular e planejamento urbano. Influência do contexto político e social do período, marcado por desigualdades e urbanização acelerada.	Década de 1960
Lei nº 4.115 (Lei do Exercício Profissional)	Regulamentou a profissão de arquiteto no Brasil, estabelecendo as atribuições profissionais e a importância do arquiteto na sociedade.	1962
Criação da ideia de Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)	Embora o CAU só tenha sido efetivamente criado em 2010, a ideia de um conselho para regulamentar e fiscalizar a profissão surgiu nesse período.	1966
Consolidação da extensão universitária como prática acadêmica	Fortalecimento do papel das universidades na promoção de ações sociais, com projetos de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo voltados para comunidades carentes. Expansão do debate sobre direito à cidade.	Década de 1970
Redemocratização e ampliação das demandas por assessorias técnicas.	Após o fim da Ditadura Militar, há um aumento da participação popular e da luta por direitos urbanos. As universidades passam a atuar mais fortemente em parceria com movimentos sociais e organizações comunitárias.	Década de 1980
Institucionalização das assessorias técnicas e avanço das políticas públicas.	Criação de programas governamentais e legislações que incentivam a assessoria técnica, como o Estatuto da Cidade (2001). Ampliação do diálogo entre academia, sociedade e Estado.	Década de 1990
Expansão das assessorias técnicas e integração com políticas de habitação social.	Fortalecimento de programas como o Minha Casa, Minha Vida, com participação ativa de profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Foco na democratização do acesso à moradia e ao planejamento urbano.	Anos 2000
Desafios e renovação das práticas de extensão universitária.	Crescimento das críticas ao modelo de urbanização excludente e busca por novas metodologias participativas. Destaque para a integração de tecnologias sociais e sustentabilidade nas práticas de assessoria técnica.	Anos 2010 em diante
Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257)	Regulamentou os artigos da Constituição Federal sobre política urbana, destacando a função social da propriedade e a necessidade de assessoria técnica para planejamento urbano e habitacional.	2008
Lei nº 11.888 (Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social)	Conhecida como Lei da Assistência Técnica, garantiu o direito das famílias de baixa renda à assessoria técnica pública e gratuita para projetos de Arquitetura e Urbanismo.	2010
Resolução CAU nº 51	Estabeleceu diretrizes para a atuação dos arquitetos e	2013

	urbanistas em programas de assistência técnica e assessoria em Arquitetura e Urbanismo.	
Lançamento do Programa de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)	Iniciativa do CAU para fomentar a implementação da Lei nº 11.888, promovendo a capacitação de profissionais e a elaboração de projetos sociais.	2015
Resolução CAU nº 167	Aprova o Código de Ética e Disciplina dos arquitetos e urbanistas, reforçando o compromisso com a função social da profissão, incluindo a assistência técnica.	2020

Fonte: organizados pela autora em 2025.

No contexto de práticas de articulação e planejamento com gestão popular o debate relativamente recente sobre Soluções Baseadas na Natureza (SBN) ganha destaque por apresentar respostas híbridas, com inovações que possibilitem o uso de conhecimento ancestral para planejar e adaptar cidades às novas emergências climáticas.

As SBN, de acordo com Pombo e Jacobi (2024),

demanda respostas e tecnologias inovadoras para uma maior resiliência frente às condições atuais. (...) que possam garantir as funções da natureza e o entendimento de que seus ciclos não podem ser interrompidos. Não se pode, de um lado, reproduzir cidades a partir de decisões e escolhas feitas por uma camada privilegiada da população e, de outro, manter as populações mais afetadas em situação de extrema vulnerabilidade territorial, desrespeitando não só o direito à participação política na tomada de decisão, como também o direito à proteção do patrimônio cultural dos povos indígenas e comunidades tradicionais. A governança participativa deve partir do reconhecimento de saberes ancestrais. (Pombo; Jacobi, 2024, p. 3).

A experiência desta seção espera, portanto, propor alternativas para aumentar os níveis de governança participativa e comunitária, apresentar instrumentos para potencializar as sabedorias locais ancestrais e, ainda, garantir protagonismo na validação dos resultados no planejamento das políticas públicas destinadas às populações de reassentamentos forçados.

Para a estruturação da proposta metodológica, baseou-se nas pistas coletadas durante escrita das duas primeiras fases do PBA-8 do PISF, conforme apresentado em seções anteriores.

Conforme concluído nas duas seções deste trabalho, que trata sobre as primeiras fases de gestão socioambiental do PISF, as experiências estudadas (duas primeiras fases do PBA-8) apresentam pontos de consonância em relação à lógica hegemônica de planejamento e assessoramento técnico para reassentamentos forçados no Brasil. As consonâncias dos casos referenciais estudados versam, de forma resumida, sobre a homogeneização de planos, a expropriação cultural e a baixa

governança popular.

Em resposta e oposição a essa tradição do planejamento territorial brasileiro, espera-se, com este trabalho, contribuir com a recente onda de espraiamento de novas perspectivas de atuação nos territórios comprometidas com a construção de alternativas.

Com esse pensamento, o objetivo principal deste trabalho – a proposição metodológica – pressupõe a ruptura com padrões hegemônicos que relacionem as vivências nos territórios às lógicas de reprodução do capital.

Um viés possível para a construção de alternativas pode estar na construção do pensamento agroecológico junto às comunidades, a fim de contribuir com a definição de SBN. A agroecologia representa uma nova ontologia mais interessada nas potencialidades locais e reprodução da vida com qualidade – o Bem viver – do que na homogeneização dos territórios. Para Ploeg (2021):

Ao repensar o futuro que está por vir (e espero que chegue em breve), a agricultura camponesa, a soberania alimentar, os mercados territoriais e a Agroecologia surgem, (...) como componentes importantes para construir a(s) alternativa(s) necessária(s). (Ploeg, 2021, p. 27).

O “estar por vir” trazido por Ploeg (2021) pressupõe a necessidade da abstração para pensar o futuro de forma coletiva. Nessa direção, a experiência da construção de proposição metodológica representa relevante contribuição no campo de investigação sobre a importância dos processos participativos de elaboração de projetos de Arquitetura e Urbanismo para a construção (também coletiva) de vivências focadas na reprodução da vida nos territórios de atuação de assessorias e assistências técnicas.

Contudo, faz-se necessário refletir sobre os limites de processos inseridos em contextos violentos, como o caso dos reassentamentos forçados acerca da seguinte questão: é possível pensar em emancipação em ações de assessoria e assistência técnica em contextos que envolvem desterritorialização?

Em resposta a essa questão, o trabalho utiliza o pensamento dos autores Marinho e Freitas (2015) sobre o conceito de níveis de participação. Para os autores,

Conceber que a participação pode dar-se em diferentes níveis de envolvimento e autonomia dos sujeitos e grupos é importante para elucidar os sentidos, os percursos metodológicos e as finalidades dos trabalhos que se propõem a desenvolver (Marinho; Freitas, 2015, p. 17).

Desse modo, a proposta metodológica construída por este trabalho tem como foco os ganhos relativos ao aumento dos níveis de participação observados nos casos

referenciais de reassentamentos forçados com base em processo de construção do pensamento agroecológicos de culturalmente situados.

A proposta, embora consciente de seus limites, reconhece a importância de pensar processos mais dialógicos que, se por um lado não podem resultar em autonomia (dado ao contexto violento), podem contribuir para a construção de ações coletivas mais questionadoras.

Em especial, a contribuição deste trabalho versa sobre pistas, percursos e partilhas para permitir a reflexão do tensionamento sobre a instrumentalização da prática de Arquitetura e Urbanismo em processos de desterritorialização. É importante romper com a tradição hegemônica a fim de formular uma prática mais questionadora, resistente aos processos de desterritorialização e capaz de *imagear*²⁵ possibilidades.

Para tanto, a revisão epistemológica que suscite em melhores posturas durante processos de gestão de programas, para assim promoverem processos mais dialógicos em Arquitetura e Urbanismo, é fundamental, mas não somente isso. Faz-se necessário que os profissionais dedicados aos trabalhos de assessoria mantenham uma relação indissociada entre a prática e a pesquisa, ao mesmo tempo, em que entendam que a interdisciplinaridade é indispensável quando propõem-se trabalhar com questões complexas.

Esta seção é dedicada, portanto, à elaboração crítica de proposta metodológica aplicável a processos dialógicos de elaboração coletiva de projetos de Arquitetura e Urbanismo junto a comunidades em contextos pós reassentamentos forçados.

Para tanto, utilizaremos na primeira subseção o que chamamos de “pistas estruturantes” – que são elementos que identificam a instrumentalização de processos de assessoria técnica em casos referenciais observadas na primeira e segunda fase de implantação e assistência do PBA-8 do PISF. Nesse momento, serão construídas as bases para a elaboração da proposta.

Por fim, nas demais subseções, apresentaremos a proposta metodológica propriamente dita, quando serão apresentados e explanados: as premissas e objetivos da proposta, e, ainda, diretrizes sobre a governança, delineados os eixos e ações.

A experiência de elaboração da proposta metodológica presente nesta seção

²⁵ Imagear mundos – Termo utilizado por Gabriela L. Pereira no ensaio “Deslocar o projeto e imagear outros mundos” (2021), para tensionar a prática de projeto de Arquitetura e Urbanismo.

suscitará na publicação de um guia destinados às comunidades forçadamente reassentadas sem a pretensão de apresentar uma receita, mas sim de abrir diálogos e possibilidades para planos próprios de apropriação dos seus novos territórios.

O guia, por sua vez, é um produto técnico diretamente ligado à escrita do trabalho destinado às comunidades afetadas por reassentamentos forçados não no sentido de ditar regras aos processos, mas, sim, de estruturar um instrumento para novas elucidações coletivas.

4.1 PISTAS E EIXOS ESTRUTURANTES

Conforme abordado anteriormente, o processo de reassentamento de populações do PISF contou com três momentos distintos quanto à gestão das ações junto às comunidades impactadas. Este trabalho analisou os dois primeiros (fase militar e iniciativa privada), na tentativa de reconhecer rupturas ou continuidades em relação à história política social e econômica imbricada nos processos de planejamento territorial brasileiro, a partir dos anos 1950.

As rupturas ou continuidades em relação às posturas de construção e modificação dos territórios foram observadas com foco no recorte dos processos na disciplina da Arquitetura e Urbanismo, por meio das chaves do desenho projetual e das práticas de assessoria técnica nas ações de implantação da infraestrutura social e produtiva nas VPR do PISF.

Esse emaranhado de experiências (as chamadas pistas), descritas nos capítulos anteriores, emergem aqui como fragmentos que, durante a escrita da proposição metodológica, ora provocou aproximações (aponta caminhos), ora afastamentos (define o que não fazer). Dessa forma, foram identificadas vinte e quatro pistas que, por sua vez, resultaram em “possíveis enfrentamentos” a cada uma das pistas observadas.

A seguir apresentamos, no Quadro 6, um resumo para apresentar as vinte e quatro “pistas” apontadas pelas discursões abordadas durante a escrita das duas primeiras seções, bem como, os “possíveis enfrentamentos” relacionados a serem desdobrados durante a escrita da proposta metodológica.

Quadro 6 – Quadro-resumo de pistas fornecidas por sessões anteriores, bem como, respostas para enfrentamento a serem apresentadas pela proposta metodológica.

PRIMEIRA FASE DO PBA-8: Continuidades nas morfologias e nas políticas		
SUBSESSÃO	PISTAS	POSSÍVEIS ENFRENTAMENTOS
Apagamento do povo xavante	1. Apagamento cultural	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
	2. Planejamento territorial e ampliação de fronteiras agrícolas	2. Identificação e potencialização de dinâmicas locais relacionadas a realização da vida e bem viver na comunidade
	3. Reassentamento e desterritorialização	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
	4. Planejamento e construções simbólicas	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
Frentes Pioneiras de Colonização agrícola	5. Construção de narrativas divergentes dos objetivos reais	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
	6. Utilização dos princípios modernistas da funcionalidade, universalidade e simplicidade	2. Identificação e potencialização de dinâmicas locais relacionadas a realização da vida e bem viver na comunidade
	7. Discurso nacional-desenvolvimentista	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
	8. Industrialização de territórios rurais	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
	9. Utilização de recursos públicos para inserção produtiva	4. Democratização do acesso a políticas públicas
Agrovilas do Projeto Altamira – (INCRA)	10. Modelo das agrovilas	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
	11. Influência do grandes projetos de planejamento territorial em dinâmicas locais	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
	12. Implantação sem considerar características morfológicas dos territórios	5. Soluções baseadas na natureza (SBN)
	13. Implantação não considera cursos d'água	5. Soluções baseadas na natureza (SBN)
Arranjos Gerais das VPR do PISF	14. Reproduz a lógica morfológica de construção território adotada historicamente pelo estado brasileiro frente a agenda desenvolvimentista	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
Habitações das VPR do PISF	15. Padrão de projeto e execução do MCMV	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
	16. Problemas de habitabilidade	2. Identificação e potencialização de dinâmicas locais relacionadas a realização da vida e bem viver na comunidade
	17. Pouca diversidade tipológica	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
	18. Desconsideração da relação casa-terreiro	

PRIMEIRA FASE DO PBA-8: Continuidades nas morfologias e nas políticas		
	19. Falta de estratégias para a convivência com a seca	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
	20. Inexistência de fonte de água de trabalho para os quintais	5. Soluções baseadas na natureza (SBN)
	21. Inadequação às características locais de clima, cultura construtiva e modos tradicionais e bio adaptados de construir e habitar	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais

SEGUNDA FASE DO PBA-8: PDSs e a legitimação de discursos oficiais		
SUBSESSÃO	PISTAS	POSSÍVEIS ENFRENTAMENTOS
Classificação hierarquica descendente (CHD)	22.Foco na produção - Os planos foram elaborados com base nos temas de produção agrícola e pecuária	3. Elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais
Análise Fatorial por correspondência (AFC)	23.Homogeneidade - Os planos para as VPR selecionadas apresentam alto grau de similaridade semântica entre si	1. Valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais
Análise de similitude	24.Projeto com baixo nível de participação - O projeto das infraestruturas implantadas nas VPSs tem acentuada coocorrência com temas relacionados a produção e, por outro lado, menor coocorrência com temas relacionados a gestão e participação.	2. Identificação e potencialização de dinâmicas locais relacionadas a realização da vida e bem viver na comunidade

Fonte: Organizado pela autora em 2025.

As pistas constituíram-se, dessa forma, como instrumentos para a escrita sobre a prática alargada de Arquitetura e Urbanismo em contextos de reassentamentos forçados. Esses instrumentos nos provocam a construir uma proposta na direção de uma prática focada na comunicação dialógica, capaz de imagear mundos²⁶ e que permita romper com as estruturas impostas até aqui.

Não interessa, neste trabalho, esgotar cada uma das experiências, ou mesmo abandonar a superficialidade para avançar em respostas. A intenção, aqui, é observar as possibilidades expostas ou mesmo por entre as lacunas de cada momento, para com isso aumentar o repertório de ferramentas metodológicas e testar modos-desvio de investigar novas práticas de comunicação nas práticas de assistência e assessoria de Arquitetura e Urbanismo em contexto de reassentamentos forçados.

Por esse motivo, este manuscrito aceita o desafio de pensar pelo rizoma apresentado por Deleuze e Guattari, em mil platôs:

São linhas que nos compõem, diríamos três espécies de linhas. Ou, antes, conjuntos de linhas, pois cada espécie é múltipla. Podemos nos interessar por uma dessas linhas mais do que pelas outras, e talvez, com efeito, haja uma que seja, não determinante, mas que importe mais do que as outras... se estiver presente. Pois todas essas linhas, algumas nos são impostas de fora, pelo menos em parte. Outras nascem um pouco por acaso, de um nada, nunca se saberá por quê. Outras devem ser inventadas, traçadas, sem nenhum modelo nem acaso: devemos inventar nossas linhas de fuga se

²⁶ Imagear mundos – Termo utilizado por Gabriela L. Pereira no ensaio *Deslocar o projeto e imagear outros mundos* (2021), para tensionar a prática de projeto de Arquitetura e Urbanismo.

somos capazes disso, e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida (Deleuze; Gatari, 2004, p. 76).

Isto posto, pensar por desvios, como desenvolvem Berenstain, Portela e Rosa (2022), em *Modos de fazer*, é pensar “Através de uma escrita que recusa o valor verificável das verdades históricas, mas permanece atenta às tramas sensíveis formadas pelas relações entre as coisas”.

Munidos com as pista mencionadas, a proposta metodológica foi contruída com base nos “possíveis enfrentamento”, que, por sua vez, constituem-se como eixos estruturantes, são eles:

1. valorização dos saberes, sabenças e dinâmicas locais;
2. identificação e potencialização de dinâmicas locais relacionadas à realização da vida e bem viver na comunidade;
3. elaboração coletiva de alternativas com base em ontologias ancestrais;
4. democratização do acesso a políticas públicas;
5. soluções baseadas na natureza (SBN).

4.2 A QUEM SE DESTINA

A proposta construída a partir dos eixos estruturantes mencionados, possibilitará a construção de documento de *Guia para construção coletiva de Plano de Ação para ações de Arquitetura e Urbanismo nas VPR do PISF*. Considerando que a terceira (e atual) fase do PBA-8 tem gestão do NGPS/UNIVASF, não mais sob a gestão militar ou privada mas, por fim, representando uma iniciativa de extensão universitária, o documento poderá balizar as ações da recém-fundada linha temática Projetos de Edificações Rurais (PREDIR).

A PREDIR é uma das cinco linhas de pesquisa e extensão do NGPS e é, atualmente, responsável por pensar as melhorias e ampliações, além de prestar assistência e assessoria técnica em processos de construção coletiva de projetos de arquitetura.

Nesse sentido, o guia a ser apresentado como produto técnico e resultado prático deste trabalho pode, por um lado impedir a instrumentalização das políticas executadas no território por meio da extensão universitária e, por outro, estruturar o plano de trabalho da PREDIR na execução de ações e captação de recursos.

Como desdobramento do produto técnico, poderemos avaliar a possível

aplicabilidade do guia nas VPR previstas para reassentamento das populações atingidas pelos ramais do PISF ou mesmo em outros contextos de reassentamentos forçados.

Importante notar que o guia para a construção de plano popular para reassentamentos forçados não tem a pretensão de se tornarem uma receita rígida para essas ações de construção e planejamento de territórios. O objetivo com essa atividade é dar mais autonomia para que grupos auto-geridos possam utilizar da ferramenta para construir planejamentos próprios de construção de espaços e, também, estratégias de enfrentamento político.

Desse modo, faz-se necessário pensar nos meios pelos quais as técnicas, metodologias e modos de fazer de práticas contra-hegemônicas podem ser partilhados. Para Amaral e Santos (2020), é possível:

[...] propomos pensar as representações de arquitetura como tecnologias sociais conforme elas atuem como ferramentas democráticas de planejamento. É preciso que elas permitam aos produtores e usuários - personagens quase sempre alheios à concepção dos espaços que eles mesmos participam - criar, discutir e transmitir informações relativas a seus processos de produção. (Amaral; Santos, 2020, p. 3)

Nesse aspecto, parece útil a ideia de tecnologia social proposta por Amaral e Santos (2020), para pensar o formato do produto técnico, pois apresenta uma possibilidade de compartilhamento de experiências e ininterrupta co-construção e melhoria do guia a muitas mãos e sem a pretensão de reproduzir modelos homogeneizantes.

Dessa forma, espera-se que a proposta a ser desenvolvida oriente processos com maior participação popular e que se distanciem dos modelos de assessoria tradicionalmente praticados no Brasil em contextos pós-reassentamentos forçados.

O compartilhamento das ideias presente na construção da proposta metodológica e na elaboração do guia de ação popular para processos de reinserção socioprodutiva de populações pós-reassentamentos forçados pode constituir-se como tecnologia social a medida em que as populações, munidas desse produto, possam sistematizar coletivamente suas experiências insurgentes e contra-hegemônicas e partilhá-las.

As populações atingidas por processos de reassentamento forçados são o público de interesse do produto técnico (ou tecnológico-social). É de fundamental importância que a comunidade que tenha interesse em acessar o documento pactue coletivamente todas as atividades a serem executadas durante os processos, bem

como, as formas de validar etapas e propor contribuições epistemológicas a serem socializadas durante a cocriação ininterrupta da tecnologia social.

4.3 PREMISSAS E OBJETIVOS

Em linhas gerais, a elaboração de uma proposta metodológica surge da necessidade de sistematizar e apresentar modos de fazer e pensar processos que aos termos de Tavares *et al.* (2021), buscam uma certa “indisciplina epistemológica” por meio de uma ruptura que “Não é um resultado, mas um processo que precisamos construir”.

Para as experimentações indisciplinadas na prática de ensino de arquitetura nas escolas de Arquitetura e Urbanismo, as autoras buscam os lastros das epistemologias feministas negras para pensar as disciplinas de projeto urbano e de arquitetura e de planejamento urbano de forma interseccional.

Durante os processos da construção da proposta metodológica para ações de prática de assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo propomos essa indisciplina epistemológica na busca de métodos lastreados nas epistemes ligadas ao Bem Viver, mas que se mantenham abertas de forma interseccional a outras epistemologias e que se refaçam, constantemente, por meio das contribuições das comunidades.

Os focos de interesses são, portanto, os processos que absorvem métodos, modos de fazer e pensar situados nas sabedorias dos povos e populações que sofrem os impactos violentos das migrações forçadas, em que não cabe a conciliação ou silenciamento por meio de ações de mitigação.

Para essas experiências, é importante valorizar a potência de propor viradas metodológicas por meio do afeto e do poder das construções por meio da comunicação dialógica freiriana. Daí decorrem as seguintes premissas:

- Comunicação
- Afeto
- Interseccionalidade

Tais premissas estruturam o objetivo principal desta proposta metodológica: inspirar processos propositivos, culturalmente situados a partir de construções coletivas dialógicas e abstrações afetivas no âmbito de comunidades que vivem contextos de desterritorialização.

Podemos trabalhar o objetivo-foco desta proposição em outras cinco especificidades, que também se relacionam com os eixos estruturante apresentados na subseção 4.1:

1. sistematizar as tecnologias e saberes ancestrais da comunidade;
2. identificar formas de utilizar de forma remunerada as tecnologias e saberes ancestrais durante a elaboração dos planos;
3. trabalhar as questões ligadas à territorialização por meio do reconhecimento dinâmicas historicamente consolidadas e modos de bem viver das populações envolvidas;
4. potencializar o fortalecimento das dinâmicas de articulação local;
5. democratizar o acesso a direitos e políticas públicas;
6. incentivar a elaboração de alternativas que utilizem soluções baseadas na natureza;
7. democratizar o acesso de instrumentos e linguagens técnicas que possam auxiliar as construções de alternativas;
8. garantir validação comunitária para qualquer etapa de intervenção no território das comunidades;
9. garantir a governança em todas as etapas do processo.

4.4 AÇÕES

4.4.1 Reunião de pactuação de etapas do processo de elaboração do Plano

Os objetivos, ou metas, estabelecidos na proposta metodológica poderão ser alcançados por meio da execução do que chamamos de ações. A primeira ação, e talvez a mais importante, será o momento da pactuação das etapas do processo e definição de um local para funcionar como ponto de referência de elaboração do plano.

Recomenda-se que nessa primeira etapa, no âmbito de uma atividade em grupo, com o maior número possível de participantes interessados, receba a consultoria externa e conduzam coletivamente definições quanto ao foco principal do Plano de ação, definição dos grupos de discussão (GTs), identificação de agentes locais para ocuparem os lugares de liderança dos grupos de discussão e elaboração de calendário de execução das demais ações.

Importante pactuar também que embora alguns agentes tenham atribuições de

liderança, todos os participantes têm direito a governança (partilhada com o coletivo) e, sempre que possível, estabelecer a remuneração da assessoria técnica e dos agentes locais detentores de tecnologias ancestrais úteis ao processo de elaboração do plano. É no momento da pactuação que serão definidas também as formas com se darão as “inundações”, ou partilha dos conhecimentos e experiências vivenciadas durante o processo.

Sobre o cronograma de execução a ser definido nesta etapa, recomenda-se observar o calendário de festejos culturais, período de chuvas e demais eventos culturais e naturais que possam impactar positivamente no nível de participação dos participantes. As sabenças dos povos tradicionais, respeitam o tempo da natureza e não dos editais de financiamento. É importante que a comunidade saiba levar em consideração os dois “tempos” (natureza e mundo prático) a fim de respeitar o tempo de todas as coisas.

O cronograma deverá ser confeccionado de tal forma a garantir o acesso de todos os participantes, atualizado periodicamente e exposto no ponto de referência. Além disso, atualizações quanto ao cronograma deverão ser compartilhadas em canais diversos, sendo as possíveis autorizações pactuadas coletivamente.

4.4.2 Formação dos grupos dos participantes dos grupos de trabalhos

As ações de assessoria técnica não se constituem por si só como um dispositivo de contestação da lógica hegemônica. Para que processos envolvendo o projeto de arquitetura exerçam, de fato, um impacto positivo nas comunidades nas quais atuam, faz-se necessário que a relação desenho-planejamento não mantenha o distanciamento e hierarquização que está posto nos projetos tradicionais.

Ploeg (2021, p. 27) pontua que “a mera operação de juntar os componentes não garante automaticamente que o modelo construído será estável e coerente [...]. Esses componentes só conseguirão convencer e mobilizar as lutas por alternativas se forem coerentemente coordenados entre si.”

A conexão entre os fatores que compõem os arranjos agroecológicos pode ser alcançada conforme se dê os aumentos dos níveis de participação. Para tanto, “imagear” (Leandro, 2021) novas práticas depende de um olhar atento às metodologias de participação das comunidades, para que os processos de comunicação durante as fases de projeto possam realizar-se de forma dialógica.

O desenho, nessa perspectiva, passa a ter função de mediação para emancipação coletiva e não mais para produção de capital. Portanto, será objeto de estudo nesta subseção o desenho com ênfase não apenas nas técnicas construtivas, mas, também, nas trocas e percursos de aprendizagens.

É também através das múltiplas linguagens de representação que os planos para o território se codificam. A democratização da gramática pela qual se expressam as ações futuras, são, portanto, definidoras de quem detém ou não poder de decisão sobre os planejamentos e configurações de utilização de espaços.

Existem diversos tipos de representação de espaços, são eles:

- representações formais, normalmente utilizadas para mapeamentos, planejamento de desenho urbano e projetos arquitetônicos.
- representações das camadas sensíveis, normalmente utilizadas para cartografar informações para além das representações formais.
- os integrantes dos grupos focais que passarem, por meio das formações, a dominar as linguagens de representação, deverão atuar como facilitadores comunitários.

Assim como todas as outras etapas de elaboração dos planos, a etapa de formação dos participantes dos grupos de trabalho pode mudar de acordo com as contribuições. No entanto, a presente proposta apresenta quatro possíveis linhas temáticas. São elas:

1. democratização das linguagens de representação espacial
2. infraestrutura e suficiência
3. cartografia e visão territorial
4. validação comunitária

As linhas temáticas concentram as oficinas de formação dos grupos de trabalho que terão o conteúdo programático das oficinas elaborado pelos técnicos de assessorias envolvidos e pelos líderes comunitários eleitos para cada Grupo de trabalho.

Os técnicos de assessoria e os agentes da comunidade escolhidos e remunerados para serem instrutores das oficinas, além de elaborar os conteúdos programáticos dessas também conduziram as atividades.

As oficinas precisam ser inter e transdisciplinares sem a distinção ou hierarquização de disciplinas ligadas a técnicas formais ou às tecnologias e saberes

ancestrais. Além disso, os temas de cada oficina devem responder ao foco do plano definido durante a reunião de pactuação.

4.4.3 Encontros de partilha dos resultados dos grupos de trabalho

Nessa fase, cada grupo deverá propor uma metodologia participativa (MP) adequada para o compartilhamento dos resultados alcançados durante a etapa de formação (subseção 4.4.3). Por meio dessa MP todos os participantes, mesmo aqueles que se dedicaram a outra linha temática, serão apresentados aos resultados. Dessa forma, cada participante será facilitador dos temas que estudou e poderá “inundar” o grupo maior com as sínteses de cada grupo de trabalho.

Ao final desta etapa, recomenda-se a elaboração de um painel de facilitação. O painel deverá utilizar linguagem acessível a todas as pessoas (incluindo aquelas portadoras de limitações de acesso a linguagens ou físicas). Para isso, os técnicos de assessoria e lideranças envolvidos poderão organizar um curso livre de multilinguagens de representação.

O produto desta etapa (painel multilinguagens) e o cronograma preenchido deverão ser expostos no ponto de referência, redes sociais e canais de divulgação. A divulgação dos produtos é de fundamental importância para manter as relações de confiança entre os participantes do processo de elaboração do plano e agentes externos ao processo.

4.4.4 Elaboração do Plano de ação comunitário

Em assembleia, uma comissão de elaboração de proposta de plano será formada. Essa comissão será responsável por construir, como base nos resultados das etapas anteriores o esboço do plano de trabalho. Esse esboço, será apresentado à comunidade por meio de aplicação de metodologias participativas.

A validação da proposta será realizada sempre no âmbito comunitário. Para o caso de a proposta apresentada não atender às expectativas do coletivo, esse deverá apresentar pontos a serem revisitados, para que o processo possa ser reiniciado. Uma vez atendidos os pontos levantados, a proposta de plano será validada e a comissão poderá apresentar versão final do Plano de ação comunitária.

4.4.5 Síntese de resultados e contribuições para a tecnologia social

A etapa de síntese coletiva é o momento, pós-validação do Plano comunitário na qual os agentes que colaboraram com os processos de construção poderão, por meio de dinâmica grupal, contribuir para o desenvolvimento de outras ações na comunidade ou externamente.

Essa partilha, garante que a tecnologia social dos modos de cocriar um plano de ação comunitário permaneça atual, coerente e engajada nos problemas e desafios de cada tempo. Dessa forma, ao final de cada contribuição a proposta metodológica se atualiza e serve de guia para outras comunidades com contribuições que podem conter desde indicações de políticas públicas adequadas a novas reflexões epistemológicas.

O produto desta etapa será a atualização do guia atualizado com base na síntese grupal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta metodológica apresentada é resultado da oposição às características de planejamento e assessorias oferecidas pelos reassentamentos tradicionalmente praticados no Brasil. As elaborações construídas nas primeiras seções deste trabalho, que analisou a primeira e segunda fase do PBA-8, demonstrou os meios pelos quais as atuações de Arquitetura e Urbanismo surgem como uma das ferramentas de consolidação dessas práticas hegemônicas.

No entanto, o trabalho buscou, para além de apontar essas continuidades, sugerir caminhos metodológicos para repensar a prática de Arquitetura e Urbanismo em territórios populares. Foi nesse sentido que as “pistas” levantadas na análise das duas primeiras fases, ofertaram a base necessária para outras elaborações.

O presente trabalho passou a realizar na sua última seção um esforço para formular, para além das críticas ao que está posto, caminhos e partilhas de outras formas de planejar e executar ações menos alinhadas aos interesses das políticas econômicas nacionais e mais focadas nas vivências e interesses das próprias comunidades.

No capítulo destinado à construção da proposta metodológica, o trabalho se aproxima de ações insurgentes de assessoria e assistência técnica em territórios populares além de questionar a centralidade dos técnicos externos envolvidos nos processos. A proposta baseia-se na centralidade das elaborações coletivas para, com isso, conseguir elaborar alternativas. A chamada *deselitização* da prática de Arquitetura e Urbanismo dar-se-á pela necessidade de buscar outros meios de conduzir processos (que até então se mostraram equivocados, vide seção 2 e 3).

O guia de ação popular para processos de reinserção socioprodutiva de populações pós-reassentamentos forçados confia aos participantes a responsabilidade de “inundar” de outras ontologias os processos de planejamento dos seus territórios.

O guia, produto técnico diretamente relacionado a esta escrita está, portanto, inacabado. Tal produto só se realizará a partir da apropriação por parte das comunidades que serão responsáveis pela execução, constante reelaboração e “inundação” de outras comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. Encontro De História Da AMPUH-Rio, 19., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Ampuh-Rio, 2020. v. 1. Tema: O Estado em Marcha para o Oeste: A Expedição Roncador-Xingu e o projeto de integração do Brasil Central (1938-1948). Inclui bibliografia. Disponível em: <https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. Acesso em: 6 ago. 2024.
- ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 129–143, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- ARAÚJO DE OLIVEIRA, V. M. Morfologia urbana: diferentes abordagens. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 65–84, 2017. DOI: 10.47235/rmu.v4i2.7. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/7>. Acesso em: 24 fev. 2025.
- BARATTO, Romullo. Modernidade e colonialismo: entrevista com Paulo Tavares sobre a revista "Des-Habitat" 27 Jun 2021. **ArchDaily Brasil**. Acesso em 30 Jul. 2024. <https://www.archdaily.com.br/br/962012/modernidade-e-colonialismo-entrevista-com-paulo-tavares-sobre-a-revista-des-habitat>.
- BARROS, Joana; GUSTAVO, Prieto; MARINHO, Caio. **Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.
- BRASIL. Ministério das cidades. Secretaria Nacional de Periferias. **SBN nas Periferias**. Brasília: MCID/SNP, 2024.
- BRASIL. Ministério das cidades. Secretaria Nacional de Periferias. **Guia do Plano de Ação Periferia Viva**: MCID/SNP, 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Secretaria Nacional de Habitação. Marco Regulatório Do Reassentamento Involuntário Nos Programas e Projetos do MDR**. Brasília: MDR/SNH, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: guia para o planejamento territorial (Documentos de Apoio, No. 2, 45 p.). Brasília: MDA/SDT, 2010.
- BRASIL. **Portaria interministerial nº 326**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 02 de agosto de 2009.
- BRASIL. **Lei nº 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 dez. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Diário Oficial da

União: Brasília, DF, 17 jun. 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 jul. 2001, ret. 17 jul. 2001.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.** [online]. 2013, v. 21, n. 2, p. 513-518.

CAMARGO, C. M. **Minha Casa Minha Vida Entidades: Entre os direitos, as urgências e os negócios**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Pesquisa CAU/BR Datafolha**. Brasília, DF: CAU/BR; Instituto Datafolha, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARDOSO, F. S. ; LOPES, J. M. de A. . Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2022. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202210pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6781>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CARNEIRO, D. M.. Aproximações entre arquitetura, urbanismo e movimentações sociais contemporâneas: debates necessários. **Revista Píxo**, v.2, n5, 2018.

CEPEDA, V. A; GUMIERO, R. G.; PINTO, G. L. H. A ideia de desenvolvimento, Aliança para o progresso e a Sudene: conflitos teóricos e estratégias políticas. **Revista Terceiro Milênio**, v. 18 n. 01, 2022, p. 29-59. Disponível em: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/220/205>. Acesso em: 02 ago. 2024.

COSTA, Ana Monteiro; KUHN, Daniela Dias. Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul. **Revista IDEAS**, v. 11, ed. 1-2, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/196>. Acesso em: 5 fev. 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V. 1, V. 3 e V. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. 2. ed. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FOUCAULT, M. (2004 [1975]) **Vigiar e punir** (Editora Vozes, Petrópolis).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

GUEMBE, Elena Pérez. Píeles sensibles. La iglesia del Espíritu Santo: una lectura en homenaje al buen hacer de Lina Bo Bardi y a la buena reflexión de Iñaki Ábalos. **Dearq**, Bogotá, p. 48-59, 27 mar. 2017. DOI

<http://dx.doi.org/10.18389/dearq20.2017.06>.. Acesso em: 5 fev. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão das ciências para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas: SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

LABORATÓRIO URBANO. Fazer por desvios. In: JACQUES, Paola Berenstein.; PEREIRA, Margareth da Silva (orgs.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo II – modos de fazer. Salvador: Edufba, 2019, p. 20-151.

LEÃO REGO, R.; HOLLATZ, A.; CARDOSO, G.; TAVARES, M. Estratégia projetual e configuração urbana: estudo morfológico de duas cidades novas no Brasil de meados do século XX. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 5–13, 2017. DOI: 10.47235/rmu.v5i1.5. Disponível em:

<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/5>. Acesso em: 1 ago. 2024.

LEITÃO, Karina O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração de Crescimento**. São Paulo: tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2009. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-04032010-140034/publico/LEITAO_K_O.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, J. M. de A., Lenzi, C. C., & Borges, A. H. (2017). O habitat da 'não cidade' como um problema para a Arquitetura e Urbanismo. **Paranoá**, 17(17).

<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.01>

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo**. Trad. Marijane Vieira Lisboa. 2. ed. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINHO, C.M., FREITAS, H. R. Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos. **Revista de Extensão da UNIVASF**. N.2. V.3, jul. 2015.

MENEZES, B., MIRANDA, JR., MOTTA-LOPES, S., SOUSA, J., PEREIRA, M., CALVALCANTI, L., AMARIZ, K., LACERDA, I. Terra, memória e produção: capacitação em tijolo de solo-cimento nas Vilas Produtivas Rurais do Projeto de Integração do São Francisco. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 19, n. 1, 2024, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/7401>. Acesso em 11 mar. 2025.

MONTEIRO, E. Z. A tipologia dos traçados urbanos como indicador de poderes concentrados ou dispersos. **Revista de Morfologia Urbana**, Vol. 5, no. 1, 2017, p. 27-29. Disponível em:

<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/issue/view/2>. Acesso em: 1 ago. 2024.

MOREIRA, Paula Fortini et al.. **A formação da rede agroecológica latinoamericana em resistência às políticas públicas da revolução verde e a experiência local no Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/61703>. Acesso em: 17 de ago de 2024.

MOUDON, A. V.; OLIVEIRA, V. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 41–49, 2017. DOI: <https://doi.org/10.47235/rmu.v3i1.16>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NUNES, E. M.; SANTIAGO R. K. C.; FREITAS, C. C. G. O Desempenho do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR) nos territórios do Rio Grande do Norte. **ENANPUR**, Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st02-39.pdf>. Acesso em 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nova Agenda Urbana**. 2019. Disponível em: https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=%22Nova+Agenda+Urbana%22. Acesso em: 26 jan. 2025.

PEREIRA, Gabriela. Leandro. Deslocar o projeto e imagear outros mundos. In: SAMPAIO, Clara.; MORAES, Felipe. (Org.). **Projeto Tirante**. Vitória: Museu de Arte do Espírito Santos (MAES), 2021, p. 31-33.

PINHO, G; MONTEIRO, E.; PINA, S. (2019). Urbanidade na floresta: a apropriação do rio pelas morfologias de ocupação da Amazônia. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 17 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 201-227, DOI: <https://doi.org/10.17127/got/2019.17.009>. Acesso em: 1 ago. 2024.

POMBO, Riciane M. Reis; JACOBI, Pedro Roberto. SBN – Soluções baseadas em qual Natureza?. **Diálogos Socioambientais**, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 49–53, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/1071>. Acesso em: 26 jan. 2025

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Alessia Biase entrevista Ana Clara Torres Ribeiro. **Redobra 9**. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br>. Acesso em: 14 de ago de 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013.

RODRIGUES, Alexsandro. “Como cartografar resistências?”. **Revista Lugar Comum**, Salvador. EDUFBA, v., 48, 2016.2, p.103 a 119.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. Hacia una ética del vivir bien-buen vivir. **Producción + Limpia**, v. 9, ed. 2, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5001931>. Acesso em: 5 fev. 2024.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2016

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022

ROSA, Thaís Troncon. **Pensar por margens**. In: JACQUES, Paola Berenstein.; PEREIRA, Margareth da Silva. (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: tomo I – modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018.

ROSA, Thaís Troncon.; LINHARES, Juliana de Faria.; ROCHA, Heliana Faria Mettig. (Org.). **Partilhas emergentes**: assistência e assessoria técnica, extensão universitária e direito à cidade em debate. Salvador: UFBA, 2022.

SABOYA, R. Mapas configuracionais com o Open Street Map e QGIS: fluxo de trabalho e comparação de ferramentas gratuitas. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47235/rmu.v12i1.351>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SANTO AMORE, C. **Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social**. Anais do II URBFAVELAS, Rio de Janeiro, 2016.

SANTO AMORE, Caio *et al.* (Org.). **Minha casa... E a cidade?: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. O Uso do Software Iramuteq: Fundamentos de Lexicometria para Pesquisas Qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 1541–1560, 2021. DOI: 10.12957/epp.2021.64034. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SOUZA, João Henrique Lúcio; LEANDRO, Edmaylson Jóia. O PISF e os impactos ambientais, econômicos e sociais no Sertão do Moxotó pernambucano. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 162-178, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.256069>. Acesso em: 13 jan. 2025.

TAVARES, Paulo. **Memória da terra**: arqueologias da ancestralidade e da desposseção do povo Xavante de Marãiwatsédé. Brasília: MPF, 2020. Disponível em: https://memoriadaterra.org/files/memoria-da-terra_paulo-tavares.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

TAVARES, Rossana B.; RAMOS, Diana H. Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 232–277, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/38147>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Argvmentvm Ed.: Belo Horizonte, 2010.

TINTI, Douglas da Silva.; BARBOSA. Geovane Carlos.; LOPES, Celi Espansandin. O software Iramuteq e a análise de narrativas (auto)biográficas no campo da educação matemática. **Bolema – Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, SP, v. 35, n. 69, p. 479-496, 2021.

VELASCO, Thais. Habitação como direito social: a Lei de ATHIS, sua aplicabilidade

e desafios. **Anais ENANPUR**, Belém, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st09-26.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.